

Provas Comentadas - Em PDF



**ESTRATÉGIA
CARREIRA JURÍDICA**

Autor

**Prof.: YASMIN USHARA
DE CARVALHO MOURA
BARBOSA**

9 de Maio de 2024

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 18/06/2023, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para **Provimento em Cartórios do TJ-SC**. Assim que encerrada, nosso time de professores elaborou o gabarito extraoficial, que, agora, será apresentado juntamente com a nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de anulação, por não apresentarem nenhuma alternativa inteiramente correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das questões 19 e 49.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING de Provimento em Cartórios do TJ-SC**, em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1º fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/f8319134-2e1f-4eaf-9258-bdbd0188a775>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/828c4dbf-f69d-4084-ba3b-73d74abd4481>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA** ([clique aqui](#)), no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Vocês também poderão acompanhar todos os eventos através deste link:

[Gabarito Extraoficial – Provimento de Cartórios TJ-SC](#)

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Metas do Estratégia Carreiras Jurídicas.



PROVA COMENTADA – PROVIMENTO EM CARTÓRIOS DO TJ-SC

QUESTÃO 01. Suponha que o prazo de vigência de prenotação relativamente ao registro civil de pessoas jurídicas seja de cinco dias, a se iniciar em uma quarta-feira, dia 6. Considerando que, nesse caso hipotético, a sexta-feira seja feriado nacional, assinale a opção que indica o dia daquele mês em que se encerrará o prazo.

- a) 11.
- b) 12.
- c) 13.
- d) 14.
- e) 15.

A alternativa correta é a **letra D**, segundo a Lei 6.015/1973, Art. 8º, §§1º, 2º e 3º: “Serão contados em dias e horas úteis os prazos estabelecidos para a vigência da prenotação, para os pagamentos de emolumentos e para a prática de atos pelos oficiais dos registros de imóveis, de títulos e documentos e civil de pessoas jurídicas, incluída a emissão de certidões, exceto nos casos previstos em lei e naqueles contados em meses e anos. Para fins do disposto no § 1º deste artigo, consideram-se: I - dias úteis: aqueles em que houver expediente; (...) A contagem dos prazos nos registros públicos observará os critérios estabelecidos na legislação processual civil.”

Ademais, os arts. 219 e 224 do CPC: “Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis. (...) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados excluindo o dia do começo e incluindo o dia do vencimento.”

Assim, a vigência de prenotação começa dia 6, quarta-feira. Isso indica que o título foi prenotado neste mesmo dia, dia de início de vigência da prenotação.

A contagem começa quinta-feira dia 7, pulando os dias 8 (sexta-feira feriado nacional), 9 (sábado) e 10 (domingo). Recomeça na segunda 11, incluindo ainda terça 12, quarta 13, e quinta 14.

Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta	Sábado	Domingo
		6	7	8	9	10
11	12	13	14	15		

QUESTÃO 02. Conforme disposição expressa da Lei nº 8.935/94, independentemente de outras disposições normativas, estão sujeitos à circunscrição geográfica

- a) os tabeliães de notas e os tabeliães e oficiais de registro de distribuição.
- b) os oficiais de registro de imóveis e os de registro civil das pessoas jurídicas.
- c) os oficiais de registro de títulos e documentos e os de registro civil das pessoas jurídicas.
- d) os tabeliães de notas e os de protesto de títulos.



e) os oficiais de registro de imóveis e os de registro civil de pessoas naturais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, visto estar em desacordo com o que prevê o Art. 12, caput, da Lei nº 8.935/94:

“Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civis das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas.”

A alternativa B está incorreta. Pela mesma fundamentação da alternativa A

A alternativa C está incorreta. Pela mesma fundamentação da alternativa A.

A alternativa D está incorreta. Pela mesma fundamentação da alternativa A.

A alternativa E está correta, conforme o disposto no Art. 12, caput, da Lei nº 8.935/94: “Aos oficiais de registro de imóveis, de títulos e documentos e civis das pessoas jurídicas, civis das pessoas naturais e de interdições e tutelas compete a prática dos atos relacionados na legislação pertinente aos registros públicos, de que são incumbidos, independentemente de prévia distribuição, mas sujeitos os oficiais de registro de imóveis e civis das pessoas naturais às normas que definirem as circunscrições geográficas. ”

QUESTÃO 03. Ao apurar falta imputada a um notário, o juiz competente poderá decretar, caso entenda necessário,

a) o afastamento do titular do serviço, por suspensão, mantido o recebimento de metade da renda líquida da serventia enquanto durar a apuração.

b) o afastamento do titular do serviço, por suspensão, devendo nomear um interventor e um adjunto.

c) a perda temporária da delegação, mantido o recebimento de metade da renda líquida da serventia enquanto durar a apuração, devendo a perda ser revertida caso se constate que não ocorreu a falta.

d) a perda temporária da delegação, mantido o recebimento da renda da serventia por até três meses, devendo a perda ser revertida caso se constate que não ocorreu a falta.

e) a perda temporária da delegação, devendo nomear como tabelião temporário aquele que seja apontado pelo titular como o que responde em suas ausências e impedimentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme se depreende da leitura do Art. 36, caput e § 2º, da Lei nº 8.935/94: “Quando, para a apuração de faltas imputadas a notários ou a oficiais de registro, for necessário o afastamento do titular do serviço, poderá ele ser suspenso, preventivamente, pelo prazo de noventa dias, prorrogável por mais trinta. (...) Durante o período de afastamento, o titular perceberá metade da renda líquida da serventia; outra metade será depositada em conta bancária especial, com correção monetária.”

A alternativa B está incorreta, visto que o Art. 36, §1º, da Lei 8.935/94 não prevê a figura do adjunto: “Na hipótese do caput, o juízo competente designará interventor para responder pela serventia, quando o substituto também for acusado das faltas ou quando a medida se revelar conveniente para os serviços.”

A alternativa C está incorreta. Não existe entre as modalidades de extinção da delegação descritas no Art. 39, caput, I a VI, da Lei 8.935/94 a perda temporária da delegação. Vejamos: “Extinguir-se-á a delegação a notário



ou a oficial de registro por: I - morte; II - aposentadoria facultativa; III - invalidez; IV - renúncia; V - perda, nos termos do art. 35.VI - descumprimento, comprovado, da gratuidade estabelecida na Lei nº 9.534, de 10 de dezembro de 1997.”

A alternativa D está incorreta. Pela mesma fundamentação da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. Pela mesma fundamentação da alternativa C.

QUESTÃO 04. Antes de ter sido nomeado em um concurso público para o tabelionato e entrado em exercício no respectivo cargo, Paulo havia exercido as seguintes atividades profissionais: i) por dois anos, advogado autônomo, vinculado ao Regime Geral de Previdência Social; ii) por dois anos, bancário em instituição privada, regularmente registrado; iii) por dois anos, militar federal; iv) por dois anos, servidor público municipal comissionado, em município localizado em estado distinto daquele em que foi aprovado para o tabelionato; v) por dois anos, servidor público municipal comissionado, em município localizado no mesmo estado em que foi aprovado para o tabelionato; vi) por dois anos, servidor público municipal efetivo, em município localizado no mesmo estado em que foi aprovado para o tabelionato; vii) por dois anos, servidor público estadual comissionado, em estado distinto daquele onde foi aprovado para o tabelionato; viii) por dois anos, servidor público estadual comissionado, no mesmo estado em que foi aprovado para o tabelionato; e ix) por dois anos, servidor público estadual efetivo no mesmo estado em que foi aprovado para o tabelionato. Paulo jamais exerceu alguma dessas atividades ou desses cargos simultaneamente.

Na situação hipotética precedente, para efeitos de contagem do tempo de serviço para aposentadoria, Paulo cumpriu, antes de entrar na atividade notarial,

- a) 10 anos.
- b) 12 anos.
- c) 14 anos.
- d) 16 anos.
- e) 18 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

Para fins de contagem de tempo para aposentadoria, deve-se respeitar o que dispõe o Art. 201 e seus §§ 9º e 9º-A da Constituição Federal de 1988: “Para fins de aposentadoria, será assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes próprios de previdência social, e destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei. O tempo de serviço militar exercido nas atividades de que tratam os arts. 42, 142 e 143 e o tempo de contribuição ao Regime Geral de Previdência Social ou a regime próprio de previdência social terão contagem recíproca para fins de inativação militar ou aposentadoria, e a compensação financeira será devida entre as receitas de contribuição referentes aos militares e as receitas de contribuição aos demais regimes.”

Desse modo, todos os biênios trabalhados por Paulo devem ser computados, somando desta forma os 18 anos para o cômputo de tempo.

QUESTÃO 05. A Lei 9.492/1997 - Lei de Protestos - prevê que, protocolizado o título, o tabelião de protesto deve expedir a intimação ao devedor, considerando o endereço fornecido pelo apresentante.



Conforme a jurisprudência predominante acerca de cédula de crédito bancário garantida por alienação fiduciária, credor pode apresentar o título a protesto no

- a) tabelionato do domicílio do devedor ou no do credor.**
- b) tabelionato em que se situa a praça de pagamento indicada no título ou no domicílio do devedor.**
- c) tabelionato do domicílio do representante legal do devedor ou no do credor, caso o devedor seja pessoa jurídica.**
- d) tabelionato em que se situa a praça de pagamento indicada no título ou no domicílio do credor.**
- e) tabelionato em que se situa a praça de pagamento indicada no título ou no domicílio do representante legal do devedor, caso ele seja pessoa jurídica.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, visto que não está prevista tal faculdade para o domicílio do réu.

A alternativa B está correta, uma vez que reflete o entendimento jurisprudencial esposado pelo Superior Tribunal de Justiça em sede de Tema Repetitivo: “Tema Repetitivo 921 STJ - É possível, à escolha do credor, o protesto de cédula de crédito bancário garantida por alienação fiduciária, no tabelionato em que se situa a praça de pagamento indicada no título ou no domicílio do devedor

A alternativa C está incorreta, pela mesma fundamentação da alternativa A.

A alternativa D está correta, pela mesma fundamentação da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, por se encontrar em desacordo com o que dispõe o entendimento jurisprudencial.

QUESTÃO 06. Consoante instrução normativa da Secretária da Receita Federal do Brasil acerca da Declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF), assinale a opção correta no que se refere às serventias notariais.

- a) O tabelião não é obrigado a apresentar DIRF.**
- b) O tabelião tem o dever de apresentar DIRF com o seu cadastro de pessoa física (CPF).**
- c) O tabelião tem o dever de apresentar DIRF com o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) da serventia.**
- d) No caso de serventia mantida diretamente pelo Estado, a DIRF deve ser apresentada pela fonte pagadora, mediante o número do cadastro de pessoa física (CPF) do responsável.**
- e) No caso de serventia mantida diretamente pelo Estado, é dispensada a apresentação da DIRF.**

Comentários

A questão trata sobre a Declaração do imposto sobre a renda retido na fonte (DIRF) das serventias notariais.

A alternativa correta é a **Letra B**. Conforme o art. 2º, §3º, da IN RFN nº 1990/2020: “§ 3º As Dirf dos serviços notariais e de registros deverão ser apresentadas: I - no caso de serviços mantidos diretamente pelo Estado, pela fonte pagadora, mediante o seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e II - nos demais casos, pelas pessoas físicas a que se refere o art. 3º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, mediante os respectivos números de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).”



QUESTÃO 07. Com base no que a Lei 6.015/1973 dispõe acerca do Registro Torrens, assinale a opção correta:

- a) O juiz poderá dispensar a manifestação do Ministério Público, se entendê-la desnecessária.
- b) O pedido pode ser contestado por qualquer proprietário de imóvel lindeiro, independentemente de se considerar proprietário do imóvel a ser registrado.
- c) O pedido de inscrição no Registro Torrens deve ser apresentado pelo interessado diretamente ao juízo competente.
- d) A publicação de edital supre a intimação das pessoas indicadas pelo requerente.
- e) O juiz deve determinar a expedição de edital se entender que os documentos encaminhados ao seu conhecimento justificam a propriedade do requerente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**,

O Registro Torrens é um subsistema registral brasileiro, facultativo e excepcional, aplicável apenas aos imóveis rurais, podendo levar a uma presunção absoluta de domínio.

No registro de imóveis, dá origem a um procedimento especial, que tem origem com o protocolo e, em caso de qualificação positiva, deve ainda passar pelo crivo judicial.

A Alternativa A está incorreta, nos termos do art. 284 da Lei 6.015/1973: “Em qualquer hipótese, será ouvido o órgão do Ministério Público, que poderá impugnar o registro por falta de prova completa do domínio ou preterição de outra formalidade legal.

A Alternativa B está incorreta, segundo art. 285 da Lei 6.015/1973: “Feita a publicação do edital, a pessoa que se julgar com direito sobre o imóvel, no todo ou em parte, poderá contestar o pedido no prazo de quinze dias.”

A Alternativa C está incorreta, conforme arts. 277 e 281 da Lei 6.015/1973: “Requerida a inscrição de imóvel rural no Registro Torrens, o oficial protocolará e autuará o requerimento e documentos que o instruírem e verificará se o pedido se acha em termos de ser despachado. (...) Se o oficial considerar em termos o pedido, remetê-lo-á a juízo para ser despachado.”

A Alternativa D está incorreta, com base no art. 283 da Lei 6.015/1973: “O Juiz ordenará, de ofício ou a requerimento da parte, que, à custa do peticionário, se notifiquem do requerimento as pessoas nele indicadas.”

A Alternativa E está correta, consoante o art. 282 da Lei 6.015/1973: “O Juiz, distribuído o pedido a um dos cartórios judiciais se entender que os documentos justificam a propriedade do requerente, mandará expedir edital que será afixado no lugar de costume e publicado uma vez no órgão oficial do Estado e três (3) vezes na imprensa local, se houver, marcando prazo não menor de dois (2) meses, nem maior de quatro (4) meses para que se ofereça oposição.”

QUESTÃO 08. No que se refere à atribuição dos tabeliães de lavrar escrituras de inventário e partilha, assinale a opção correta à luz da Resolução n.º 35/2007 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

- a) Na escritura, a nomeação de um interessado como inventariante é necessária e deve obedecer a ordem prevista no Código de Processo Civil.
- b) A escritura somente pode ser lavrada se tiver ocorrido o recolhimento dos tributos incidentes no caso.
- c) A escritura de inventário e partilha pode ser retificada, caso apresente erros materiais, sendo necessário, para tanto, o consentimento de todos os interessados.



d) Não se admite a promoção de inventário extrajudicial por cessionário de direitos hereditários.

e) A nomeação do inventariante deverá ser efetuada obrigatoriamente na escritura de inventário e partilha.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Apesar de ser obrigatória a nomeação, na escritura, de um interessado como inventariante, a ordem estabelecida no art. 617 do CPC não é peremptória. É o que consta do art. 11 da Resolução nº 35/2007 do CNJ: “É obrigatória a nomeação de interessado, na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes, sem necessidade de seguir a ordem prevista no art. 617 do Código de Processo Civil.”

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do art. 15 da Resolução nº 35/2007 do CNJ: “O recolhimento dos tributos incidentes deve anteceder a lavratura da escritura.”

A alternativa C está incorreta. A retificação de erros materiais presentes na escritura pode ocorrer de ofício ou mediante requerimento de qualquer das partes, ou de seu procurador. Não há necessidade, para tanto, do consentimento de todos os interessados, exigido, apenas, para a retificação do teor da escritura pública (e não de meros erros materiais que não modifiquem o seu conteúdo. Nestes termos, dispõe o art. 13 da Resolução nº 35/2007 do CNJ: “A escritura pública pode ser retificada desde que haja o consentimento de todos os interessados. Os erros materiais poderão ser corrigidos, de ofício ou mediante requerimento de qualquer das partes, ou de seu procurador, por averbação à margem do ato notarial ou, não havendo espaço, por escrituração própria lançada no livro das escrituras públicas e anotação remissiva.”

A alternativa D está incorreta. O art. 16 da Resolução 35/2007 do CNJ admite a promoção de inventário extrajudicial por cessionário de direitos hereditários: “É possível a promoção de inventário extrajudicial por cessionário de direitos hereditários, mesmo na hipótese de cessão de parte do acervo, desde que todos os herdeiros estejam presentes e concordes.”

A alternativa E está incorreta. O inventariante pode ser nomeado tanto na escritura de inventário e partilha, quanto em documento apartado, escritura que antecede a lavratura do inventário, considerada o termo inicial do procedimento de inventário extrajudicial. É o que se extrai do art. 11, § 1º, da Resolução nº 35/2007 do CNJ: “É obrigatória a nomeação de interessado, na escritura pública de inventário e partilha, para representar o espólio, com poderes de inventariante, no cumprimento de obrigações ativas ou passivas pendentes, sem necessidade de seguir a ordem prevista no art. 617 do Código de Processo Civil. O meeiro e os herdeiros poderão, em escritura pública anterior à partilha ou à adjudicação, nomear inventariante. O inventariante nomeado nos termos do §1º poderá representar o espólio na busca de informações bancárias e fiscais necessárias à conclusão de negócios essenciais para a realização do inventário e no levantamento de quantias para pagamento do imposto devido e dos emolumentos do inventário. A nomeação de inventariante será considerada o termo inicial do procedimento de inventário extrajudicial.”

QUESTÃO 09. A função social da propriedade da terra, cujo cumprimento é princípio da reforma agrária previsto no Estatuto da Terra-Lei n.º 4.504/1964, independe de a propriedade da terra

a) assegurar a conservação dos recursos naturais.

b) observar as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e os que a cultivam.

c) proporcionar renda aos proprietários.



d) favorecer o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias.

e) manter níveis satisfatórios de produtividade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 2º, § 1º, c, da Lei nº 4.504: “A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: c) assegura a conservação dos recursos naturais;”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 2º, § 1º, d, da Lei nº 4.504: “A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: c) observa as disposições legais que regulam as justas relações de trabalho entre os que a possuem e a cultivem;”.

A alternativa C está correta, pois não há essa previsão.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 2º, § 1º, a, da Lei nº 4.504: “A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: a) favorece o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores que nela labutam, assim como de suas famílias;”.

A alternativa E está incorreta, nos termos do art. 2º, § 1º, b, da Lei nº 4.504: “A propriedade da terra desempenha integralmente a sua função social quando, simultaneamente: b) mantém níveis satisfatórios de produtividade;”.

QUESTÃO 10. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina, a serventia deveria adotar sistema informatizado de automação, com diversos atributos exigíveis, especialmente acerca dos selos de fiscalização. Nos termos do referido código, é necessário que esse sistema contenha função que assegure:

- I. A correta aplicação do selo de fiscalização de acordo com o tipo de ato praticado.**
- II. O recebimento, de forma automática, dos lotes de selo de fiscalização.**
- III. O impedimento do uso de selo de fiscalização em duplicidade;**
- IV. O controle da utilização dos selos de fiscalização, de modo a assegurar seu consumo sequencial e crescente.**
- V. A reutilização dos selos de atos notariais tornados nulos.**

Estão certos apenas os itens:

- a) **I e V.**
- b) **II e IV.**
- c) **I, III e V.**
- d) **I, II, III e IV.**
- e) **II, III, IV e V.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está correta. Conforme se depreende da leitura do Art. 447, inciso V do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “A serventia deverá adotar sistema informatizado



de automação que: (...)V - assegure a correta aplicação do Selo de Fiscalização de acordo com o tipo de ato praticado;”

A assertiva II está correta. Conforme se depreende da leitura do Art. 447, inciso VI do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “A serventia deverá adotar sistema informatizado de automação que: (...)VI - receba de forma automática os lotes de Selo de Fiscalização;”

A assertiva III está correta. Conforme se depreende da leitura do Art. 447, inciso VII do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “A serventia deverá adotar sistema informatizado de automação que: (...)VII - impeça o uso de Selo de Fiscalização em duplicidade;”

A assertiva IV está correta. Conforme se depreende da leitura do Art. 447, inciso VIII do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “A serventia deverá adotar sistema informatizado de automação que: (...) VIII - controle a utilização dos Selos de Fiscalização, de modo a assegurar o consumo sequencial e crescente, e impedir a reutilização;”

A assertiva V está incorreta. Visto não ser permitido a reutilização de selos de fiscalização, conforme se depreende da leitura da parte final do inciso VIII do Art. 447 do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: A serventia deverá adotar sistema informatizado de automação que: (...)VIII - controle a utilização dos Selos de Fiscalização, de modo a assegurar o consumo sequencial e crescente, e impedir a reutilização;”

QUESTÃO 11. Acerca da aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a opção correta.

- a) Tem eficácia plena a norma constitucional que dispõe sobre a liberdade no tocante ao exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão.**
- b) As normas definidoras de princípios organizativos constituem espécies de normas de eficácia limitada, uma vez que dependem de um ato intermediador legislativo que fixe esquemas gerais de estruturação e atribuições de órgãos ou entidades.**
- c) As normas de eficácia limitada são de aplicabilidade direta imediata, mas possivelmente não integral, uma vez que estão sujeitas à imposição de restrição pelo legislador ordinário.**
- d) Norma de eficácia contida não produzirá efeitos enquanto não sobrevier lei que a discipline.**
- e) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), tem eficácia contida a norma constitucional que garante aos servidores públicos o direito de greve.**

Comentários

A questão trata sobre eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais.

A alternativa correta é a **Letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois, conforme a doutrina e pronunciamentos diversos do Supremo Tribunal Federal, a norma que estabelece a liberdade de exercício profissional é uma norma de eficácia contida, pois é possível que lei a regulamente e restrinja o livre exercício profissional.

A alternativa C está incorreta. A alternativa conceituou a norma de eficácia contida, que é a norma que tem aplicabilidade direta imediata, mas possivelmente não integral, uma vez que está sujeita à imposição de restrição pelo legislador ordinário.

A alternativa D está incorreta, pois a norma de eficácia contida produz todos os seus efeitos, mesmo sem regulamentação.



A alternativa E está incorreta, pois segundo o Supremo Tribunal Federal, a norma que garante aos servidores públicos o direito de greve é uma norma de eficácia limitada, que depende de regulamentação para o seu exercício.

QUESTÃO 12. O procurador-geral de justiça de determinado estado da Federação ajuizou, no tribunal de justiça local, representação de inconstitucionalidade de certa lei estadual, sob o argumento de que ela violaria dispositivos da Constituição estadual que consistem em normas constitucionais de reprodução obrigatória pelos estados.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta em relação ao controle de constitucionalidade.

a) Caso estejam tramitando, simultaneamente, a representação de inconstitucionalidade no tribunal de justiça local e uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) no STF contra a mesma lei, necessariamente a ação na justiça estadual deverá ser extinta por litispendência.

b) No que se refere aos legitimados para a propositura de representação de inconstitucionalidade, a Constituição Federal de 1988 (CF) permite que a legitimação para agir seja atribuída a apenas um único órgão.

c) Caso a representação seja julgada improcedente pelo tribunal de justiça, tal decisão será passível de impugnação por meio de recurso extraordinário.

d) O tribunal de justiça não poderá adotar a Constituição Federal de 1988 (CF) como parâmetro para o controle de constitucionalidade da lei estadual, ainda que se trate de dispositivos constitucionais de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.

e) Não caberá recurso da decisão do tribunal de justiça local quanto à representação de inconstitucionalidade em questão.

Comentários

A questão trata sobre controle de constitucionalidade, mais especificamente sobre controle concentrado em âmbito estadual.

A alternativa correta é a **Letra C**, pois segundo o Supremo Tribunal Federal, em caso de representação de inconstitucionalidade que tem como parâmetro norma de reprodução obrigatória da CF, cabe o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal

A alternativa A está incorreta, conforme a decisão do STF na ADI 3.659/AM: “Coexistindo ações diretas de inconstitucionalidade de um mesmo preceito normativo estadual, a decisão proferida pelo Tribunal de Justiça somente prejudicará a que está em curso perante o STF se for pela procedência e desde que a inconstitucionalidade seja por incompatibilidade com dispositivo constitucional estadual tipicamente estadual (= sem similar na Constituição Federal).”.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 125, §2º, da CF/88: “§ 2º Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.”.

A alternativa D está incorreta, pois pode o Tribunal de Justiça utilizar normas da Constituição Federal de reprodução obrigatória como parâmetro no controle concentrado de lei estadual.

A alternativa E está incorreta, pois segundo o Supremo Tribunal Federal, em caso de representação de inconstitucionalidade que tem como parâmetro norma de reprodução obrigatória da CF, cabe o recurso extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.



QUESTÃO 13. Em relação ao preâmbulo da CF e aos princípios fundamentais nela estabelecidos, assinale a opção correta.

- a) O preâmbulo da CF tem natureza normativa semelhante à do seu corpo principal e, conseqüentemente, pode ser utilizado como paradigma para o controle de constitucionalidade.
- b) O Brasil adota a república como sistema de governo, caracterizada pelo caráter eletivo, representativo e transitório dos detentores do poder político e pela responsabilidade dos governantes.
- c) O preâmbulo da CF é norma de repetição obrigatória para todos os estados da Federação.
- d) A dignidade da pessoa humana constitui princípio das relações internacionais.
- e) Em prol da formação de uma comunidade latino-americana de nações, a República Federativa do Brasil deve buscar a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Comentários

A questão trata sobre o preâmbulo da CF/88.

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme art. 4º, parágrafo único, da CF: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações.”

A alternativa A está incorreta, conforme jurisprudência antiga e pacificada do STF: “O preâmbulo (...) não se situa no âmbito do direito, mas no domínio da política, refletindo posição ideológica do constituinte. É claro que uma constituição que consagra princípios democráticos, liberais, não poderia conter preâmbulo que proclamasse princípios diversos. Não contém o preâmbulo, portanto, relevância jurídica. O preâmbulo não constitui norma central da Constituição, de reprodução obrigatória na constituição do Estado-membro. O que acontece é que o preâmbulo contém, de regra, proclamação ou exortação no sentido dos princípios inscritos na Carta: princípio do Estado Democrático de Direito, princípio republicano, princípio dos direitos e garantias, etc. Esses princípios, sim, inscritos na Constituição, constituem normas centrais de reprodução obrigatória, ou que não pode a constituição do Estado-membro dispor de forma contrária, dado que, reproduzidos, ou não, na constituição estadual, incidirão na ordem local.” [ADI 2.076, voto do rel. min. Carlos Velloso, j. 15-8-2002, P,DJde 8-8-2003.]

A alternativa B está incorreta, pois a República é uma Forma de Governo, e não um Sistema de Governo. Os sistemas de governo são o presidencialismo e o parlamentarismo.

A alternativa C está incorreta, conforme julgado transcrito acima, em que o STF reiterou que preâmbulo não é de reprodução obrigatória nas Constituições Estaduais.

A alternativa D está incorreta, pois a dignidade da pessoa humana é um fundamento da República Federativa do Brasil, constante do art. 1º, e não um princípio que rege as relações internacionais do art. 4º.

QUESTÃO 14. A respeito dos direitos fundamentais, assinale a opção correta à luz da CF e da jurisprudência do STF.

- a) Segundo a jurisprudência do STF, o ensino religioso nas escolas públicas pode ter caráter confessional, ou seja, as aulas podem seguir os ensinamentos de uma religião específica.
- b) É constitucional portaria expedida por diretor de hospital público municipal que proíba quaisquer práticas de natureza religiosa em relação aos pacientes, sob o fundamento de o Estado brasileiro ser laico.



- c) **A liberdade crença não abrange a proteção a manifestações ateístas ou agnósticas.**
- d) **É constitucional lei que vede a transmissão, em rádios comunitárias, de conteúdo tendente a converter pessoas a uma doutrina, a um sistema religioso, a uma seita ou a uma ideologia.**
- e) **É constitucional lei estadual que imponha a manutenção de exemplares da Bíblia Sagrado em escolas e bibliotecas públicas estaduais sob o fundamento de que ela configura um símbolo da cultura brasileira.**

Comentários

A questão trata sobre jurisprudência em direitos fundamentais.

A alternativa correta é a **Letra A**, conforme o decidido na ADI 4439/DF: “Ação direta julgada improcedente, declarando-se a constitucionalidade dos artigos 33, caput e §§ 1º e 2º, da Lei 9.394/1996, e do art. 11, § 1º, do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a Santa Sé, relativo ao Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil, e afirmando-se a constitucionalidade do ensino religioso confessional como disciplina facultativa dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.”

A alternativa B está incorreta, conforme o art. 5º, VII, da CF/88: “é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;”

A alternativa C está incorreta, pois a liberdade de crença abrange tanto as crenças religiosas majoritárias, como as minoritárias, inclusive os que simplesmente não professem crença alguma, como os agnósticos e ateus.

A alternativa D está incorreta, conforme o decidido na ADI 2566/DF, em que o STF afirmou a inconstitucionalidade do § 1º do art. 4º da Lei nº 9.612/98. Esse dispositivo proibia a prática de proselitismo (transmissão de conteúdo tendente a converter pessoas a doutrina, sistema, religião, seita ou ideologia).

A alternativa E está incorreta, conforme o decidido na ADI 5258/AM: “É inconstitucional, por ofensa aos princípios da isonomia, da liberdade religiosa e da laicidade do Estado, norma que obrigue a manutenção de exemplar de determinado livro de cunho religioso em unidades escolares e bibliotecas públicas estaduais. Precedentes”

QUESTÃO 15. Quanto a organização político-administrativa do Estado brasileiro, assinale a opção correta.

- a) **A capital federal do Brasil é o Distrito Federal.**
- b) **É constitucional lei estadual que fixe a obrigatoriedade de divulgação diária, em noticiários de televisão e em jornais de Estado-membro, de fotos de crianças desaparecidas, devido ao princípio da proteção integral.**
- c) **Viola o princípio da livre concorrência lei municipal que limite o quantitativo de instalação de empresas do mesmo ramo em determinada área.**
- d) **Compete privativamente à União legislar sobre direito tributário, financeiro, econômico e urbanístico.**
- e) **Os estados detêm a competência para fixar o horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais.**

Comentários

A questão trata sobre a organização político-administração do Estado brasileiro.

A alternativa correta é a **Letra C**, conforme Súmula Vinculante nº 49: “Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.”



A alternativa A está incorreta, pois a Capital do Brasil é Brasília e não o Distrito Federal, conforme art. 18, §1º, da CF.

A alternativa B está incorreta, conforme decidido na ADI 5292/SC: “As leis nacionais que disciplinam a busca de pessoas desaparecidas, em especial crianças e adolescentes (Lei n. 12.127/2009), estabelecem instrumentos próprios de cooperação entre os entes federativos, facultada a importante contribuição de emissoras de rádio e televisão, mas sempre mediante convênio, não se cogitando – como realizado pela lei estadual questionada – a imposição de divulgação de conteúdo por essas entidades em total desapego às regras de repartição de competência e de respeito à legislação nacional sobre a matéria”

A alternativa D está incorreta, pois tratam-se de competências concorrentes entre União, Estados e DF, conforme art. 24, I, da CF.

A alternativa E está incorreta, conforme Súmula Vinculante nº 38: “É competente o Município para fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.”

QUESTÃO 16. O Ministério Público ofereceu denúncia criminal, no Superior Tribunal de Justiça (STJ), contra o governador do estado de Santa Catarina, por ele ter praticado infração penal comum sem nenhuma relação com as funções por ele desempenhadas.

Com relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta à luz da CF e da jurisprudência do STF.

- a) Compete às assembleias legislativas julgar os governadores que cometem crime de responsabilidade.**
- b) Em se tratando de infração comum, enquanto não sobrevier sentença condenatória, o governador, tal qual o presidente da República, não estará sujeito a prisão.**
- c) Não há necessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa para que o STJ receba denúncia criminal contra o governador.**
- d) Compete ao STF processar e julgar os governadores dos estados e o do Distrito Federal pela prática de crime comum.**
- e) Na vigência de seu mandato, o governador não responderá pela infração penal cometida.**

Comentários

A questão trata sobre competência para julgamento de infrações penais e de responsabilidade do Governador de Estado.

A alternativa correta é a **Letra C**, conforme o decidido pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 5540/MG: “Não há necessidade de prévia autorização da assembleia legislativa para o recebimento de denúncia ou queixa e instauração de ação penal contra governador de Estado, por crime comum, cabendo ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), no ato de recebimento ou no curso do processo, dispor, fundamentadamente, sobre a aplicação de medidas cautelares penais, inclusive afastamento do cargo.”

A alternativa A está incorreta, na forma do art. 78 da Lei nº 1.079/50: “Art. 78. O Governador será julgado nos crimes de responsabilidade, pela forma que determinar a Constituição do Estado e não poderá ser condenado, senão à perda do cargo, com inabilitação até cinco anos, para o exercício de qualquer função pública, sem prejuízo da ação da justiça comum. § 3º Nos Estados, onde as Constituições não determinarem o processo nos crimes de responsabilidade dos Governadores, aplicar-se-á o disposto nesta lei, devendo, porém, o julgamento ser proferido por um tribunal composto de cinco membros do Legislativo e de cinco desembargadores, sob a presidência do Presidente do Tribunal de Justiça local, que terá direito de voto no caso de empate. A escolha desse Tribunal será feita - a dos membros do legislativo, mediante eleição pela Assembléia: a dos desembargadores, mediante sorteio.”



A alternativa B está incorreta, pois a imunidade formal conferida pela Constituição Federal ao presidente da República não se estende aos governadores de Estado.

A alternativa D está incorreta, pois compete ao STJ, e não ao STF, julgar os governadores de Estado por prática de crime comum, na forma do art. 105, I, “a”, da CF/88.

A alternativa E está incorreta, pois a imunidade formal conferida pela Constituição Federal ao presidente da República não se estende aos governadores de Estado.

QUESTÃO 17. Assinale a opção correta a respeito da comissão parlamentar de inquérito (CPI)

- a) **CPI instalada no âmbito do poder legislativo municipal pode proceder à quebra do sigilo fiscal.**
- b) **Para a criação de CPI, é necessário o requerimento de, no mínimo, um terço dos membros da casa legislativa.**
- c) **A CPI destina-se à investigação tanto de fato determinado quanto de fato indeterminado.**
- d) **CPI poderá determinar busca e apreensão domiciliar independentemente de ordem judicial.**
- e) **Dada a natureza política da CPI, sua instauração se submete ao juízo discricionário do presidente da casa legislativa.**

Comentários

A questão trata sobre comissões parlamentares de inquérito.

A alternativa correta é a **Letra B**. Na forma do §3º do art. 58 da CF/88: “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

A alternativa A está incorreta, pois a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal entende que a CPI municipal não pode proceder a quebra de sigilo fiscal, necessitando se socorrer ao Poder Judiciário.

A alternativa C está incorreta, na forma do §3º do art. 58 da CF/88: “As comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.”

A alternativa D está incorreta, pois a CPI não pode determinar busca e apreensão domiciliar, necessitando, assim, de ordem judicial.

A alternativa E está incorreta, pois em recente julgado, o Supremo Tribunal Federal entendeu que, estando presente o requisito de requerimento de 1/3 dos membros da casa legislativa, é direito subjetivo a abertura da CPI, sem necessidade de juízo discricionário do presidente da casa legislativa, tratando-se de fato de um direito das minorias.

QUESTÃO 18. Em relação ao poder judiciário e às funções essenciais à justiça, assinale a opção correta.



- a) Os substitutos interinos de serventias extrajudiciais não se submetem ao teto remuneratório constitucional.
- b) A atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedadas férias coletivas nos juízos e em todos os tribunais.
- c) O poder judiciário brasileiro possui autonomia administrativa, mas não autonomia financeira.
- d) Compete ao CNJ o controle da atuação administrativa, financeira, disciplinar e jurisdicional dos órgãos do poder judiciário.
- e) A unidade, indivisibilidade e a independência funcional são princípios institucionais do ministério público.

Comentários

A questão trata sobre poder judiciário e às funções essenciais à justiça na CF/88.

A alternativa correta é a **Letra E**, pela literalidade do art. 127, §1º, da CF: “São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.”

A alternativa A está incorreta, conforme o decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Tema 779 de Repercussão Geral: “Os substitutos ou interinos designados para o exercício de função delegada não se equiparam aos titulares de serventias extrajudiciais, visto não atenderem aos requisitos estabelecidos nos arts. 37, inciso II, e 236, § 3º, da Constituição Federal para o provimento originário da função, inserindo-se na categoria dos agentes estatais, razão pela qual se aplica a eles o teto remuneratório do art. 37, inciso XI, da Carta da República.”

A alternativa B está incorreta, conforme literalidade do art. 93, XII, da Constituição Federal: “a atividade jurisdicional será ininterrupta, sendo vedado férias coletivas nos juízos e tribunais de segundo grau, funcionando, nos dias em que não houver expediente forense normal, juízes em plantão permanente;”

A alternativa C está incorreta, conforme literalidade do art. 99 da CF: “Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira.”

A alternativa D está incorreta, pois não cabe controle de atuação jurisdicional dos órgãos do poder judiciário, vide art. 103-B, §4º, da CF: “Compete ao Conselho o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, cabendo-lhe, além de outras atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura:”

QUESTÃO 19. A respeito do regramento da CF referente a tributação, orçamento e ordem social assinale a opção correta.

- a) Compete aos municípios instituir impostos sobre transmissão inter vivos, a qualquer título, por ato oneroso ou gratuito, de bens móveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição.
- b) É permitido ao Banco central do Brasil conceder empréstimos a municípios.
- c) A assistência social garante um salário mínimo mensal ao trabalhador desde que ele tenha contribuído para a seguridade social.
- d) A União poderá autorizar terceiros a realizar, por prazo indeterminado, pesquisas sobre as jazidas de petróleo e gás natural.
- e) De acordo com o STF, o serviço de iluminação pública pode ser remunerado mediante a taxa, desde que em prol da coletividade.



Comentários

A questão trata sobre a tributação, orçamento e ordem social na CF/88.

Aqui entendemos que não há alternativa correta. No entanto, espera-se que a banca aponte como correta a **Letra D. No entanto, sugere-se recurso.** A letra D, a despeito de parecer a “menos incorreta”, também nos parece equivocada, vejamos o que diz o art. 177 da CF: “Constituem monopólio da União: I - a pesquisa e a lavra das jazidas de petróleo e gás natural e outros hidrocarbonetos fluidos; § 1º A União poderá contratar com empresas estatais ou privadas a realização das atividades previstas nos incisos I a IV deste artigo observadas as condições estabelecidas em lei.”. Assim, entendemos que a alternativa D também não está 100% correta.

A alternativa A está incorreta, pois compete ao município a instituição do IBTI, que tem como conceito no art. 156, II, da CF: “transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição”

A alternativa B está incorreta, conforme art. 163-A, §1º, da CF: “É vedado ao banco central conceder, direta ou indiretamente, empréstimos ao Tesouro Nacional e a qualquer órgão ou entidade que não seja instituição financeira.”

A alternativa C está incorreta, pois a assistência é universal, independente de contribuição. O pilar da seguridade social que necessita de contribuição é a PREVIDÊNCIA.

A alternativa E está incorreta, conforme redação da Súmula Vinculante nº 41: “O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.”

QUESTÃO 20. A luz das disposições da constituição do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

a) O procurador-geral do estado de Santa Catarina, chefe da advocacia estadual, com prerrogativas e representação de secretário de estado será nomeado pelo governador, entre os procuradores do estado de carreira, de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada

b) Os juízes auditores terão as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos magistrados estaduais da última entrância, inclusive em relação ao acesso por promoção ao Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina.

c) Aos defensores públicos estaduais não se aplica a vedação ao exercício de atividade político-partidária.

d) Compete ao tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina processar e julgar, originalmente, o vice-governador do estado por eventual cometimento do crime comum.

e) O governador do estado de Santa Catarina poderá solicitar urgência, a qualquer tempo, para a apreciação de projetos de iniciativa dos membros do poder Legislativo estadual.

Comentários

A questão trata sobre disposições da Constituição do Estado de Santa Catarina.

A alternativa correta é a **Letra D**, conforme o art. 83, XI, “a”, da CE/SC: “Compete privativamente ao Tribunal de Justiça: XI – processar e julgar, originariamente: a) nos crimes comuns, o Vice-Governador do Estado, os Deputados e o Procurador-Geral de Justiça;”

A alternativa A está incorreta, na forma do art. 103, §1º, da CE/SC: “O Procurador-Geral do Estado, chefe da advocacia do Estado, com prerrogativas e representação de Secretário de Estado, será nomeado pelo



Governador dentre brasileiros maiores de trinta e cinco anos, advogados, de reconhecido saber jurídico e reputação ilibada.”

A alternativa B está incorreta, conforme o art. 90, §2º, da CE/SC: “Os juízes auditores terão, as mesmas garantias, prerrogativas, vencimentos e impedimentos dos magistrados estaduais da última entrância, exceto o acesso por promoção ao Tribunal de Justiça”

A alternativa C está incorreta, na forma do art. 104, §8º, V, da CE/SC: “Aos Defensores Públicos aplicam-se as seguintes vedações: V – exercer atividade político-partidária”

A alternativa E está incorreta, conforme o art. 53 da CE/SC: “O Governador do Estado poderá solicitar urgência, a qualquer tempo, para a apreciação de projetos de sua iniciativa.”

QUESTÃO 21. No que se refere à responsabilidade civil do Estado e de seus agentes, assinale a opção correta.

a) O direito de regresso, indisponível e de índole obrigatória, deve ser necessariamente exercido pelo Estado contra o agente público que tenha perpetrado dano, sendo investigada a sua responsabilidade subjetiva na espécie.

b) Os notários e oficiais de registro respondem objetivamente pelos atos dos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem.

c) O STF equiparou a responsabilidade de notários e de registradores oficiais a das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.

d) A pessoa natural que sofrer prejuízo material em virtude de inexatidão na lavratura de certidão por cartório de registro civil fará jus a indenização por perdas e danos, reparados diretamente pelo Estado, com base na aplicação da teoria do risco integral à hipótese.

e) O estado responde pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros, desde que seja possível aferir o dolo ou culpa desses agentes.

Comentários

A questão trata sobre responsabilidade civil do Estado.

A alternativa correta é a **Letra A**, pois conceitua corretamente o direito de regresso, como sendo aquele indisponível e obrigatório (ou seja, o Estado não pode escolher ajuizar ação de regresso ou não), sendo investigada a sua responsabilidade subjetiva na espécie. Ou seja, mesmo a responsabilidade do Estado sendo objetiva, só é cabível o regresso contra o agente estatal em caso de dolo ou culpa.

A alternativa B está incorreta, pois desde a alteração promovida pela Lei nº 13.286/16, a responsabilidade civil dos notários e registradores passou a ser subjetiva: “Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso”

A alternativa C está incorreta, conforme o decidido pelo STF no RE 842846/SC: “Os serviços notariais e de registro, mercê de exercidos em caráter privado, por delegação do Poder Público (art. 236, CF/88), não se submetem à disciplina que rege as pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos. É que esta alternativa interpretativa, além de inobservar a sistemática da aplicabilidade das normas constitucionais, contraria a literalidade do texto da Carta da República, conforme a dicção do art. 37, § 6º, que se refere a “pessoas jurídicas” prestadoras de serviços públicos, ao passo que notários e tabeliães respondem civilmente enquanto pessoas naturais delegatárias de serviço público, consoante disposto no art. 22 da Lei nº 8.935/94”



A alternativa D está incorreta, pois não se aplica a teoria do risco integral, aplicando-se a teoria do risco administrativo, que admite excludentes de responsabilidade.

A alternativa E está incorreta, pois o STF afirmou que a responsabilidade do Estado, em relação aos atos dos tabeliães e registradores, é objetiva, não necessitando de aferição de dolo ou culpa.

QUESTÃO 22. Órgão da administração pública abriu pregão eletrônico para a contratação de solução de tecnologia da informação (TI). A proposta classificada em primeiro lugar na fase de apresentação de propostas não obteve êxito na fase seguinte, a de habilitação, visto que o concorrente requereu prazo para o cumprimento da exigência de apresentação de certificação de qualidade. Assim depois de verificada a demonstração fiscal dos concorrentes, foi contratada a segunda proposta mais vantajosa.

A respeito dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) O pregão é modalidade de licitação que não se presta à contratação de serviços e soluções de TI.**
- b) Por se tratar de pregão, a fase de habilitação deveria preceder à da apresentação de propostas.**
- c) Na modalidade pregão, a demonstração de regularidade fiscal exigida dos concorrentes não inclui prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).**
- d) Eventual culpa no ato de desclassificação da primeira proposta mais vantajosa é suficiente para a configuração de improbidade administrativa.**
- e) A exigência na fase de habilitação, de certificação relativa ao objeto da licitação afronta o caráter competitivo do certame, por implicar despesas anteriores à contratação.**

Comentários

A questão trata sobre licitações / pregão.

A alternativa correta é a **Letra E**, é o entendimento do TCU no acórdão 2524/2021-Plenário, que fixou o seguinte enunciado: “A exigência, na fase de habilitação, de certificações relativas ao objeto da licitação afronta o art. 30 da Lei 8.666/1993 e o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal.”

A alternativa A está incorreta, pois o próprio TCU tem entendimento na Nota Técnica nº 02/2008 – SEFTI/TCU, que assim dispõe: “A licitação de bens e serviços de tecnologia da informação considerados comuns, ou seja, aqueles que possuam padrões de desempenho e de qualidade objetivamente definidos pelo edital, com base em especificações usuais no mercado, deve ser obrigatoriamente realizada pela modalidade Pregão, preferencialmente na forma eletrônica”

A alternativa B está incorreta, pois a fase de habilitação ocorre após a apresentação das propostas, na forma do art. 4º, XII, da Lei nº 10.520/02.

A alternativa C está incorreta, pois a certidão de regularidade junto ao FGTS é sim um dos documentos para regularidade fiscal no pregão, a luz do inciso XIII, do art. 5º da referida lei: “a habilitação far-se-á com a verificação de que o licitante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira”

A alternativa D está incorreta, pois não subsiste mais no ordenamento jurídico o ato de improbidade administrativa na modalidade culposa.



QUESTÃO 23. Determinada pessoa jurídica, em conluio com agentes públicos, assegurou a assinatura de contrato administrativo a um preço superfaturado. Dias após a conclusão do serviço, o tribunal de contas determinou a suspensão da última parcela do pagamento, por suspeita de irregularidades na licitação.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) O acórdão de mérito do tribunal de contas que apura o dano à administração, imputando débito a agentes públicos, tem prazo prescricional de cinco anos.
- b) A celebração de acordo de leniência no qual sejam apresentadas provas robustas do envolvimento de agentes públicos na infração poderá reduzir o valor devido a título de indenização pelo dano causado.
- c) Se constatada falha do notário em comunicar a existência de operação suspeita de lavagem de dinheiro praticada pelo agente público beneficiado, serão aplicadas àquele as sanções estabelecidas na Lei nº 12.846/2013 - Lei anticorrupção.
- d) O tribunal de contas não é competente para determinar a suspensão do pagamento do contrato, uma vez que o ato de sustação é privativo do Congresso Nacional ou de órgão legislativo correlato.
- e) A responsabilização individual dos dirigentes e dos administradores exclui a responsabilização da pessoa jurídica nas sanções descritas na Lei nº 12.846/2013 - Lei anticorrupção.

Comentários

A questão trata sobre lei anticorrupção e tribunais de contas.

A alternativa correta é a **Letra A**, conforme o decidido pelo STF no Tema 899 de Repercussão Geral: “É prescritível a pretensão de ressarcimento ao erário fundada em decisão de Tribunal de Contas” / “A pretensão de ressarcimento ao erário em face de agentes públicos reconhecida em acórdão de Tribunal de Contas prescreve na forma da Lei 6.830/1980 (Lei de Execução Fiscal).”

A alternativa B está incorreta, de acordo com o art. 16, §2º: “O acordo de leniência não exime a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado.”

A alternativa C está incorreta, pois os aspectos da chamada Lei Anticorrupção não se aplicam aos notários e registradores: “Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente”

A alternativa D está incorreta, não obstante a atribuição para sustar o contrato seja do Congresso Nacional, nada impede que o Tribunal de Contas ordene a suspensão do pagamento do contrato, que é uma medida totalmente diferente.

A alternativa E está incorreta, conforme o §1º do art. 3º da Lei Anticorrupção: “A pessoa jurídica será responsabilizada independentemente da responsabilização individual das pessoas naturais referidas no caput”.

QUESTÃO 24. Com base no estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

- a) É prevista a gratificação de treinamento a ser percebida mediante certificado de aprovação do servidor em curso de qualificação profissional promovido por órgão público.
- b) A readaptação poderá ocasionar diminuição da remuneração se implicar mudança de cargo.
- c) Ao servidor não aprovado em estágio probatório será implicado a pena de demissão.



d) É prevista a possibilidade de redução da jornada de trabalho para servidores estudantes, sem prejuízo de sua remuneração, desde que demonstrada a necessidade.

e) O período de estágio probatório é suspenso durante o gozo de licença-maternidade.

Comentários

A questão trata sobre disposições sobre servidores públicos do Estado de Santa Catarina.

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme art. 15, §3º: “Será suspensa a contagem do período do estágio probatório do servidor afastado a qualquer título, exceto férias e o exercício de cargo comissionado com atribuições afins às do cargo efetivo.”

A alternativa A está incorreta, pois não é prevista essa gratificação no Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Santa Catarina.

A alternativa B está incorreta, conforme art. 36: “Art. 36. A readaptação não acarretará decesso nem aumento de remuneração.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 169: “Art. 169. Dar-se-á a exoneração a pedido do funcionário ou por iniciativa da autoridade, neste caso, quando: II - não forem satisfeitas as condições do estágio probatório, salvo direito a recondução;”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 24: “Art. 24. A jornada normal de trabalho poderá ser reduzida até a metade, com a proporcional redução da remuneração, sempre que essa medida se mostrar necessária no caso de funcionário estudante e de outras situações especiais.”

QUESTÃO 25. À luz do que determina o Código de Normas e Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

a)É vedada a contratação de advogado como prestador de serviços, sem vínculo empregatício, para o exercício da atividade de assessoramento jurídico ao delegatário.

b)É vedada a cobrança mensal de emolumentos pelas serventias extrajudiciais.

c)É franqueada a adoção de logomarca para a serventia, desde que constem, abaixo da identificação, o nome do notário ou do oficial de registro e as respectivas atribuições legais.

d)Ao delegatário é vedado aconselhar usuários sobre a natureza e as consequências dos atos que pretendam produzir.

e)É obrigatória a afixação de mural, físico ou eletrônico, de ampla visibilidade ao público, que indique a relação dos atos gratuitos ou de valores reduzidos praticados na serventia.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Conforme se depreende da leitura do Art. 463-A, caput, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “É admitida a contratação de advogado como prestador de serviços, sem vínculo empregatício, para o exercício da atividade de assessoramento jurídico ao delegatário, cujas atividades deverão ser desenvolvidas em local distinto das instalações da sede da serventia.”

A alternativa B está incorreta. Conforme se depreende da leitura do Art. 497-A, caput, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “É permitida a cobrança mensal de emolumentos pelas serventias extrajudiciais.”



A alternativa C está incorreta. Conforme se depreende da leitura do Art. 432, § 1º, do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “Fica vedada a adoção de nome fantasia ou logomarca, e pode constar, em menor destaque e logo abaixo da identificação da serventia, o nome do notário ou oficial de registro e as atribuições legais.”

A alternativa D está incorreta. Conforme se depreende da leitura do Art. 461, inciso III do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “Além dos deveres legais, cumpre ao delegatário: (...) III – aconselhar, com imparcialidade e independência, a todos os interessados e instruí-los sobre a natureza e as consequências dos atos que pretendam produzir.”

A alternativa E está correta. Conforme se depreende da leitura do Art. 437, caput do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça do Estado de Santa Catarina: “Será mantido em local destacado, de fácil acesso e ampla visibilidade ao público, um mural, físico ou eletrônico, em que conste: (...) II – a relação dos atos gratuitos ou com redução de valores;”

QUESTÃO 26. Em relação aos conceitos e as fontes do direito administrativo, assinale a opção correta.

- a) A expressão "the king can do no wrong" (em português, o rei não pode errar) traduz um fundamento do Estado de direito que remonta à origem do direito administrativo.**
- b) Somente na perspectiva neoconstitucionalista, é possível indicar a Constituição como fonte primária do direito administrativo.**
- c) A doutrina é pacífica acerca da origem autoritária do direito administrativo, que surgiu para proteger interesses econômicos e políticos da burguesia.**
- d) O direito administrativo compreende tanto a proteção da liberdade do cidadão quanto o reconhecimento de prerrogativas e privilégios para a administração pública.**
- e) Um dos efeitos da constitucionalização do direito administrativo é a ampliação do poder discricionário do administrador.**

Comentários

A questão trata sobre conceitos e fonte do direito administrativo.

A alternativa correta é a **Letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois a expressão relatada não traduz um fundamento do Estado de Direito. Em verdade, essa expressão é atribuída a períodos absolutistas, onde o Estado não era responsabilizado por absolutamente nada.

A alternativa B está incorreta, pois não foi somente com o Neoconstitucionalismo que se passou a indicar a Constituição como fonte primária do direito administrativo, ela já é fonte primária desde o constitucionalismo moderno.

A alternativa C está incorreta, pois não há pacificação na doutrina em relação a esse ponto.

A alternativa E está incorreta, pois com a constitucionalização do direito administrativo, houve a redução do poder discricionário do administrador, muito mais atrelado agora a eficiência, moralidade, impessoalidade, e não somente ao legalismo puro.

QUESTÃO 27. A respeito dos princípios que regem a atividade administrativa, assinale a opção correta.

- a) A acepção tradicional do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado proclama a superioridade do interesse da coletividade, firmando a prevalência dele sobre o particular.**



- b) A suspensão de prazos de resposta a pedidos de acesso à informação não viola o princípio da transparência.**
- c) O princípio da juridicidade não é recepcionado pelo ordenamento jurídico brasileiro.**
- d) O princípio da supremacia de interesse público sobre o privado é fundamento suficiente para o afastamento de direito individual constitucionalmente reconhecido.**
- e) O princípio da legitimidade é uma faceta do princípio da legalidade.**

Comentários

A questão trata sobre princípios do direito administrativo.

A alternativa correta é a **Letra A**. De fato, a acepção tradicional traduz uma prevalência do interesse da coletividade sobre o privado, no entanto, hoje novas concepções já são incorporadas e dispõe que, ante a dignidade da pessoa humana, não poderia haver um interesse público prevalecendo sobre o privado.

QUESTÃO 28. Assinale a opção correta conforme a Lei nº 8.429/1992 - Lei de improbidade administrativa.

- a) Não há ato de improbidade se não configurada a produção de dano ao erário.**
- b) Não é possível a aplicação de sanção por ato de improbidade resultante de conduta culposa, ainda que decorrente de previsão especial.**
- c) O ressarcimento integral do dano patrimonial exclui as cominações previstas na Lei de Improbidade Administrativa.**
- d) Pessoa jurídica poderá sofrer sanção, cumulativamente, por ato de improbidade administrativa e por conduta tipificada na Lei Anticorrupção.**
- e) O prazo prescricional para a propositura de ação que vise à aplicação de sanção por ato de improbidade se inicia a partir da cessação do mandato, do cargo em comissão ou da função de confiança.**

Comentários

A questão trata sobre improbidade administrativa.

A alternativa correta é a **Letra B**, com as recentes alterações foi expurgada do ordenamento jurídico a possibilidade de sanção por ato de improbidade resultante de conduta culposa

A alternativa A está incorreta, pois não é necessário que dano ao erário para configuração de ato de improbidade administrativa.

A alternativa C está incorreta, pois o ressarcimento integral não isenta o agente das sanções previstas na LIA.

A alternativa D está incorreta, conforme art. 3º, §2º, da Lei 8.429: “As sanções desta Lei não se aplicarão à pessoa jurídica, caso o ato de improbidade administrativa seja também sancionado como ato lesivo à administração pública de que trata a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.”

A alternativa E está incorreta, pois com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/21, o marco inicial da prescrição foi alterado, conforme se verifica da redação do art. 23: “A ação para a aplicação das sanções previstas nesta Lei prescreve em 8 (oito) anos, contados a partir da ocorrência do fato ou, no caso de infrações permanentes, do dia em que cessou a permanência.”

QUESTÃO 29. Com base na Lei n 9.784/1999, que dispõe sobre o processo administrativo, assinale a opção correta.



- a) **É vedado o direito de manifestação ao ouvinte habilitado a participar do procedimento de decisão coordenada.**
- b) **A revogação de ato ilegalmente praticado, dentro do prazo prescricional, dispensa a instauração de processo administrativo.**
- c) **O recurso de reconsideração é admitido apenas de forma excepcional no processo administrativo.**
- d) **Terão prioridade de tramitação os procedimentos administrativos em que a pessoa com deficiência figure como parte ou interessada.**
- e) **A intimação dos interessados no processo será feita, em regra por publicação em diário oficial.**

Comentários

A questão trata sobre processo administrativo e Lei nº 9.784/99.

A alternativa correta é a **Letra D**, conforme art. 69-A, da referida lei: “Terão prioridade na tramitação, em qualquer órgão ou instância, os procedimentos administrativos em que figure como parte ou interessado: II - pessoa portadora de deficiência, física ou mental; “

A alternativa A está incorreta, conforme art. 49-B: “Art. 49-B. Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, os interessados de que trata o art. 9º desta Lei.”

A alternativa B está incorreta, pois ato ilegal não se revoga, ato ilegal se anula.

A alternativa C está incorreta, pois o recurso de reconsideração não é admitido apenas excepcionalmente.

A alternativa E está incorreta, conforme art. 26, §3º: “A intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.”

QUESTÃO 30. No que se refere aos serviços públicos, assinale a opção correta.

- a) **É vedada a prestação de serviço de saúde por fundação integrante da administração indireta sob regime privado.**
- b) **A obrigação de continuidade do serviço público afasta a possibilidade de interrupções por falta de pagamento dos valores devidos pelos usuários.**
- c) **As obrigações de universalização, continuidade e modicidade tarifária são marcas distintivas do serviço público em relação ao privado.**
- d) **Aos usuários do serviço público não se aplicam as proteções do código de Defesa do consumidor.**
- e) **A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é subjetiva em relação a terceiros não usuários do serviço.**

Comentários

A questão trata sobre serviços públicos.

A alternativa correta é a **Letra C**. Verifica-se que a iniciativa privada tem, em regra, a busca plena pelo Lucro. Já o serviço público busca a prestação do serviço de melhor qualidade, com o maior alcance, o menor preço e sem interrupções. Percebe-se claramente que são traços que distinguem os serviços públicos dos privados.

A alternativa A está incorreta, conforme o decidido pelo STF na ADI 4197: “É constitucional a constituição de fundação pública de direito privado para a prestação de serviço público de saúde.”



A alternativa B está incorreta, pois é plenamente possível a interrupção do serviço por ausência de pagamento pelo usuário, ocorrendo a devida comunicação prévia.

A alternativa D está incorreta, conforme decidido pelo STJ no Resp 1789647/RS: “Conforme entendimento pacificado no STJ, ‘a relação entre concessionária de serviço público e o usuário final, para o fornecimento de serviços públicos essenciais, tais como água e energia, é consumerista, sendo cabível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor’ (...). 5. Em se tratando de matéria relacionada a danos oriundos de produtos ou serviços de consumo, é afastada a aplicação do Código Civil, tendo em vista o regime especial do Código de Defesa do Consumidor. Só excepcionalmente aplica-se o Código Civil, ainda assim quando não contrarie o sistema e a principiologia do CDC”

A alternativa E está incorreta, pois a responsabilidade civil das prestadoras de serviço pública é objetiva, tanto em relação a usuários como em relação a não usuários.

QUESTÃO 31. A disposição a respeito de resolução de conflitos de competência em matéria tributária, entre os entes da Federação cabe

- a) a medida provisória.
- b) à Constituição Federal de 1988.
- c) a lei ordinária.
- d) a lei complementar.
- e) a resolução do Senado Federal.

Comentários

A questão trata sobre resolução de conflitos de competência em matéria tributária.

A alternativa correta é a **Letra D**. Conforme art. 146, I, da CF/88, cabe a lei complementar dispor sobre conflitos de competência em matéria tributária: “Cabe à lei complementar: I - dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;”

QUESTÃO 32. Suponha que uma pessoa física tenha vendido veículo automotor próprio por valor inferior ao pago por ela na aquisição desse bem. Acerca do imposto sobre a renda da pessoa física em relação a essa operação, é correto afirmar que se trata de hipótese de

- a) imunidade tributária.
- b) não incidência tributária.
- c) isenção tributária.
- d) anistia tributária.
- e) incidência tributária.

Comentários

A questão trata sobre imposto de renda pessoa física.

A alternativa correta é a **Letra B**. Na forma do art. 1º da Lei nº 7.713/88, o fato gerador do IRPF é o ganho de capital. No caso em questão, não houve ganho de capital, não havendo, assim, incidência tributária.



QUESTÃO 33. Acerca de prescrição e decadência em matéria tributária, julgue os itens seguintes.

1 Segundo o STJ, o pedido de parcelamento fiscal apresentado pelo contribuinte interrompe o prazo prescricional, mesmo nos casos de indeferimento do pedido, por retratar caso de confissão extrajudicial do débito.

2 A decadência é a extinção do crédito tributário pelo não ajuizamento da execução fiscal no prazo legal.

3 De acordo com o STF, as normas relativas a prescrição e decadência tributárias são reservadas a lei complementar.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A questão trata sobre prescrição e decadência em matéria tributária.

A alternativa correta é a **Letra B**. Para responder, vejamos item a item.

O item 1 está correto, conforme literalidade da Súmula nº 653 do STJ: “O pedido de parcelamento fiscal, ainda que indeferido, interrompe o prazo prescricional, pois caracteriza confissão extrajudicial do débito”

O item 2 está incorreto, pois a questão trouxe o conceito de prescrição atribuindo como o de decadência. A decadência é a extinção do crédito tributário por sua não constituição pelo lançamento no prazo legal. Já a prescrição é a extinção do crédito tributário pelo não ajuizamento da execução fiscal no prazo legal.

O item 3 está correto, conforme a Súmula Vinculante nº 8 do STF: “São inconstitucionais o parágrafo único do artigo 5º do Decreto-Lei 1.569/1977 e os artigos 45 e 46 da Lei 8.212/1991, que tratam da prescrição e decadência do crédito tributário.”

“As normas relativas à prescrição e à decadência tributárias têm natureza de normas gerais de direito tributário, cuja disciplina é reservada a lei complementar, tanto sob a Constituição pretérita (art. 18, § 1º, da CF/1967/1969) quanto sob a Constituição atual (art. 146, b, III, da CF/1988). Interpretação que preserva a força normativa da Constituição, que prevê disciplina homogênea, em âmbito nacional, da prescrição, decadência, obrigação e crédito tributários. (...) O CTN/1966 (Lei 5.172/1966), promulgado como lei ordinária e recebido como lei complementar pelas Constituições de 1967/1969 e 1988, disciplina a prescrição e a decadência tributárias.” [RE 556.664, rel. min. Gilmar Mendes, P, j. 12-6-2008, DJE 216 de 14-11-2008.]

QUESTÃO 34. O instituto da enfiteuse

a) é negócio jurídico a título gratuito.

b) admite o registro notarial quando retrata nova enfiteuse.

c) só admite transmissão *inter vivos*.

d) não se sujeita à incidência tributária.

e) relaciona-se à transmissão do domínio útil de imóvel.

Comentários



A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 678 do CC de 1916: “Art. 678. Dá-se a enfiteuse, aforamento, ou emprazamento, quando por ato entre vivos, ou de última vontade, o proprietário atribui à outro o domínio útil do imóvel, pagando a pessoa, que o adquire, e assim se constitui enfiteuta, ao senhorio direto uma pensão, ou foro, anual, certo e invariável”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 167, I, 10, da Lei nº 6.015: “No Registro de Imóveis, além da matrícula, serão feitos. I - o registro: 10) da enfiteuse”.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta, nos termos do art. 682 do CC de 1916: “É obrigado o enfiteuta a satisfazer os impostos e os ônus reais que gravarem o imóvel”.

A alternativa E está correta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A

QUESTÃO 35. De acordo com a Lei complementar n 116/2003, o imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) não incide sobre

- a) exportações de serviços para o exterior.
- b) serviço proveniente do exterior.
- c) serviço cuja prestação tenha iniciada o exterior.
- d) arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.
- e) cessão de direito de uso de programa de computação.

Comentários

A questão trata sobre ISSQN.

A alternativa correta é a **Letra A**. Conforme o art. 2º, I, da LC 116/03: “O imposto não incide sobre: I – as exportações de serviços para o exterior do País;”

QUESTÃO 36. A luz da Lei estadual n 13.136/2004, que trata do imposto sobre transmissão "causa mortis" e doação de quaisquer bens ou direitos (ITCMD) no âmbito do estado de Santa Catarina, julgue os itens a seguir.

- 1 O ITCMD incide na sucessão provisória, admitindo-se o direito de restituição, caso apareça o ausente.**
- 2 Enquadra-se no conceito de contribuinte do ITCMD o beneficiário de direito real, quando de sua instituição.**
- 3 A doação de semoventes é fato gerador do ITCMD.**

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas os itens I e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão corretos.



Comentários

A questão trata sobre ITCMD no âmbito do estado de Santa Catarina.

A alternativa correta é a **Letra E**. Para responder, vejamos item a item.

O item 1 está correto, conforme art. 2º, §3º, I, da Lei nº 13.136/04: “O imposto também incide: I - na sucessão provisória, garantido o direito de restituição, caso apareça o ausente;”

O item 2 está correto, conforme art. 5º, III, da Lei nº 13.136/04: “Contribuinte do imposto é: III - o beneficiário de direito real, quando de sua instituição;”

O item 3 está correto, conforme art. 2º, III, da Lei nº 13.136/04: “O imposto de que trata o art. 1º desta Lei, tem como fato gerador a transmissão causa mortis ou a doação a qualquer título, de: III - bens móveis, inclusive semoventes, direitos, títulos e créditos.”

QUESTÃO 37. Assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 3.807/1960 (Lei Orgânica de Previdência Social).

a) O início da concessão do benefício relativo à pensão do segurado condiciona-se à inscrição e à habilitação de todos os seus possíveis dependentes.

b) Os titulares de firma individual são obrigatoriamente segurados da previdência social.

c) Considera-se segurado o beneficiário da previdência social que exerce atividade remunerada, com ou sem vínculo empregatício, desde que em caráter efetivo e a título permanente.

d) Quem ocupa mais de um emprego remunerado deve contribuir para a previdência social apenas em relação ao emprego que represente sua maior remuneração.

e) Incluem-se no Regime Geral de Previdência Social todos os servidores militares da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

Comentários

A questão trata sobre a Lei nº 3.807/1960 (Lei Orgânica de Previdência Social).

A alternativa correta é a **Letra B**. Conforme art. 5º, II, da Lei nº 3.807/60: “São obrigatoriamente segurados, ressalvado o disposto no art. 3º: I - os titulares de firma individual;”

A alternativa A está incorreta, conforme art. 38 da referida lei: “Não se adiará a concessão do benefício pela falta de habilitação de outros possíveis dependentes; concedido o benefício, qualquer inscrição ou habilitação posterior, que implique exclusão ou inclusão de dependentes, só produzirá efeitos a partir da data em que se realizar.”

A alternativa C está incorreta, conforme art. 2º, I, da referida lei: “Definem-se como beneficiários da previdência social: I - segurados: todos os que exercem emprego ou qualquer tipo de atividade remunerada, efetiva ou eventualmente, com ou sem vínculo empregatício, a título precário ou não, salvo as exceções expressamente consignadas nesta lei.”

A alternativa D está incorreta, conforme art. 6º, parágrafo único, da referida lei: “Quem exercer mais de um emprego ou atividade deve contribuir obrigatoriamente para a previdência social em relação a todos os empregos ou atividade, nos termos desta Lei, ressalvado o disposto no item II e sua letra " a " do § 1º do artigo 5º”

A alternativa E está incorreta, conforme art. 3º, I, da referida lei: “São excluídos do regime desta lei: I - os servidores civis e militares da União, dos Estados, dos Municípios, dos Territórios e do Distrito Federal, bem



como os das respectivas autarquias, que estejam sujeitos a regimes próprios de previdência, salvo se forem contribuintes da Previdência Social Urbana;”

QUESTÃO 38. Com base na Lei estadual n. 10.297/1996 de Santa Catarina, assinale a opção que indica a alíquota do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal (ICMS) incidente sobre o óleo diesel quando este for objeto de fato gerador.

- a) 4.5%
- b) 5%
- c) 7%
- d) 12%
- e) 25%

Comentários

A questão trata sobre ICMS no Estado de Santa Catarina.

A alternativa correta é a **Letra D**. Conforme o art. 19, III, “g”, da Lei nº 10.297/1996: “Art. 19. As alíquotas do imposto, nas operações e prestações internas, inclusive na entrada de mercadoria importada e nos casos de serviços iniciados ou prestados no exterior, são: III – 12% (doze por cento) nos seguintes casos: g) óleo diesel;”

QUESTÃO 39. No que diz respeito às formas de integração da norma tributária, de acordo com o Código Tributário Nacional, na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária deverá utilizar, sucessivamente.

- a) a equidade, os princípios gerais de direito tributário e os princípios gerais de direito público.
- b) os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito tributário.
- c) os princípios gerais de direito público a equidade, a analogia e os costumes.
- d) os princípios gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público, a equidade e a analogia.
- e) a analogia, os direitos gerais de direito tributário, os princípios gerais de direito público e a equidade.

A questão trata sobre formas de integração da norma tributária.

A alternativa correta é a **Letra E**. Trata-se de literalidade do art. 108 do CTN: “Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada: I - a analogia; II - os princípios gerais de direito tributário; III - os princípios gerais de direito público; IV - a equidade.”

QUESTÃO 40. Consoante a Lei complementar estadual n 465/2009 de Santa Catarina, contra as decisões do julgador de processos administrativos fiscais, caberá

- a) recurso ordinário ao Tribunal Administrativo Tributário.
- b) recurso de reconsideração ao Tribunal Administrativo Tributário.
- c) recurso especial ao Tribunal Administrativo Tributário.



d) pedido de reexame ao Tribunal Administrativo Tributário.

e) pedido de esclarecimento ao Tribunal Administrativo Tributário.

A questão trata sobre Processo Administrativo Fiscal no Estado de Santa Catarina.

A alternativa correta é a **Letra E**, conforme literalidade do art. 29 da LC 465/09: “Art. 29. Das decisões do Julgador de Processos Fiscais caberá recurso ao Tribunal Administrativo Tributário, com efeito suspensivo”.

QUESTÃO 41. Ao realizar compra em uma loja de móveis, Ana Luíza forneceu dados pessoais como nome completo, telefone e endereço de e-mail para efetuar o cadastro. À época, foi avisada que aquelas informações serviriam para compor o mailing da empresa com promoções da loja. Meses depois, ao verificar que diversos empreendimentos do grupo econômico daquela empresa de móveis entravam em contato com ela para anunciar ofertas, Ana Luíza solicitou à empresa da qual era cliente a revogação do consentimento para a utilização de seus dados pessoais.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a empresa da qual Ana Luíza era cliente

a) agiu conforme os ditames legais, visto que os dados fornecidos por Ana Luíza não são considerados sensíveis.

b) agiu conforme a legislação, visto que o consentimento para a utilização de dados pessoais também serve para o compartilhamento desses dados com outros controladores de um mesmo grupo econômico.

c) agiu dentro dos limites da legislação, visto que o comércio insere-se entre as hipóteses de dispensa da exigência de consentimento específico, razão pela qual o compartilhamento de dados pessoais dentro de um mesmo grupo econômico é permitido.

d) não agiu dentro dos limites da legislação, porque é vedado o compartilhamento de dados pessoais entre controladores de um mesmo grupo econômico mesmo que haja consentimento específico da cliente para esse fim.

e) não agiu legalmente, porque seria necessário obter consentimento específico da cliente para compartilhar dados pessoais com outros controladores, ainda que do mesmo grupo econômico.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 5º, inciso I e do art. 7º, inciso I e § 5º, da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709): “Para os fins desta Lei, considera-se: I - dado pessoal: informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável”; “Art. 7º O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; (...) § 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei”.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois não há essa previsão. O art.4º, I, da Lei nº 13.709 prevê: “Esta Lei não se aplica ao tratamento de dados pessoais: I - realizado por pessoa natural para fins exclusivamente particulares e não econômicos;”.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa ‘A’.



A alternativa E está correta, nos termos do art. 7º, inciso I e § 5º, da Lei nº 13.709: “O tratamento de dados pessoais somente poderá ser realizado nas seguintes hipóteses: I - mediante o fornecimento de consentimento pelo titular; (...) § 5º O controlador que obteve o consentimento referido no inciso I do caput deste artigo que necessitar comunicar ou compartilhar dados pessoais com outros controladores deverá obter consentimento específico do titular para esse fim, ressalvadas as hipóteses de dispensa do consentimento previstas nesta Lei”.

QUESTÃO 42. Andreia foi diagnosticada com leucemia, e seu oncologista verificou uma grande chance de superação da doença caso ela seja submetida a um transplante. Na testagem de compatibilidade entre familiares de Andreia, constatou-se clinicamente que Pedro, seu primo de quinze anos de idade, pode ser doador.

Considerando essa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da Lei de Transplantes - Lei n. 9.434/1997, que

a) Pedro não poderá fazer a doação, pois a legislação determina que, no caso de indivíduos juridicamente incapazes, a limitação para doação é que o receptor seja parente do doador até o terceiro grau.

b) Pedro poderá fazer a doação desde que haja consentimento de ambos os pais ou dos seus responsáveis legais, autorização judicial e o ato não ofereça risco para a sua saúde.

c) Pedro poderá fazer a doação desde que, ainda que exista risco para a sua saúde, haja consentimento de ambos os pais ou dos seus responsáveis legais e autorização judicial.

d) Pedro não poderá fazer a doação por ser um indivíduo juridicamente incapaz.

e) Pedro poderá fazer a doação desde que haja consentimento de ambos os pais ou dos seus responsáveis legais e o ato não ofereça risco para a sua saúde, sendo dispensada autorização judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

A alternativa B está correta, nos termos do art. 9º, *caput* e §6º, da Lei nº 9.434: “É permitida à pessoa juridicamente capaz dispor gratuitamente de tecidos, órgãos e partes do próprio corpo vivo, para fins terapêuticos ou para transplantes em cônjuge ou parentes consanguíneos até o quarto grau, inclusive, na forma do § 4º deste artigo, ou em qualquer outra pessoa, mediante autorização judicial, dispensada esta em relação à medula óssea. (...) §6º O indivíduo juridicamente incapaz, com compatibilidade imunológica comprovada, poderá fazer doação nos casos de transplante de medula óssea, desde que haja consentimento de ambos os pais ou seus responsáveis legais e autorização judicial e o ato não oferecer risco para a sua saúde”.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa B.

QUESTÃO 43. Ester, de dezenove anos de idade, tem uma deficiência mental rara e, por isso, é curatelada por seu pai. Durante uma consulta médica, a jovem foi convidada a participar de uma pesquisa científica.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Ester



a) poderá participar, por meio do consentimento do seu pai, da pesquisa científica desde que esta tenha caráter excepcional e haja indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência, e desde que não exista outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não curatelados.

b) poderá participar da pesquisa científica desde que mediante o seu prévio, livre e esclarecido consentimento.

c) não poderá participar da pesquisa científica, ainda que por meio do consentimento do seu pai, porque a lei veda a participação de curatelados em pesquisas científicas.

d) tem o dever de participar da pesquisa científica, ainda que inexistam indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência, por uma ser uma questão de saúde pública.

e) poderá, por meio do consentimento de seu pai, participar da pesquisa científica, desde que esta tenha caráter excepcional e haja indícios de benefício direto para a sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência, ainda que exista outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não curatelados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos do art. 12, §2º, da Lei nº 13.146: “A pesquisa científica envolvendo pessoa com deficiência em situação de tutela ou de curatela deve ser realizada, em caráter excepcional, apenas quando houver indícios de benefício direto para sua saúde ou para a saúde de outras pessoas com deficiência e desde que não haja outra opção de pesquisa de eficácia comparável com participantes não tutelados ou curatelados”.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

QUESTÃO 44. Carlos, aos dezenove anos de idade, pediu à mãe que lhe informasse sobre o pai dele, que abandonara a família logo após o seu nascimento. Depois de muita insistência, a mãe de Carlos informou-lhe o nome completo, o estado civil, a profissão e o endereço do pai dele. Com essas informações, Carlos dirigiu-se pessoalmente ao ofício de registro de pessoas naturais de sua cidade, visando ao reconhecimento de sua paternidade.

Nessa situação hipotética, à luz do Provimento n.º 16/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o procedimento de reconhecimento de paternidade

a) por meio de requerimento realizado em ofício de registro de pessoas naturais diverso daquele em que Carlos tenha sido registrado, independentemente do estado civil do suposto pai.

b) pode ser iniciado por via cartorária desde que mediante requerimento protocolado no ofício de registro de pessoas naturais no qual Carlos tenha sido registrado.

c) não pode ser iniciado por via cartorária dada a necessidade de solicitação judicial de exame de DNA.

d) pode ser iniciado por via cartorária desde que todas as diligências dele decorrentes sejam realizadas em segredo de justiça.



e) pode ser iniciado por via cartorária por meio de requerimento realizado em ofício de registro de pessoas naturais diverso daquele em que Carlos tenha sido registrado, desde que o suposto pai seja solteiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, nos termos dos arts. 3º, §1º e 4º, §1º, do Provimento nº 16/2012 do CNJ: “O Oficial providenciará o preenchimento de termo, conforme modelo anexo a este Provimento, do qual constarão os dados fornecidos pela mãe (art. 1º) ou pelo filho maior (art. 2º), e colherá sua assinatura, firmando-o também e zelando pela obtenção do maior número possível de elementos para identificação do genitor, especialmente nome, profissão (se conhecida) e endereço. § 1º. Para indicar o suposto pai, com preenchimento e assinatura do termo, a pessoa interessada poderá, facultativamente, comparecer a Ofício de Registro de Pessoas Naturais diverso daquele em que realizado o registro de nascimento” e “O Oficial perante o qual houver comparecido a pessoa interessada remeterá ao seu Juiz Corregedor Permanente, ou ao magistrado da respectiva comarca definido como competente pelas normas locais de organização judiciária ou pelo Tribunal de Justiça do Estado, o termo mencionado no artigo anterior, acompanhado da certidão de nascimento, em original ou cópia. § 1º. O Juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída”.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta, nos termos do § 2º do art. 4º do Provimento nº 16/2012 do CNJ: “O Juiz, quando entender necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça e, se considerar conveniente, requisitará do Oficial perante o qual realizado o registro de nascimento certidão integral”.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

QUESTÃO 45. Tomás da Silva Filho é o nome completo de registro de nascimento designado a Sara, a qual atualmente se identifica como mulher trans. Buscando alterar seu nome para refletir sua identidade de gênero, Sara, ao completar dezoito anos de idade, dirigiu-se ao ofício de registro de pessoas naturais de sua cidade para realizar o procedimento de retificação extrajudicial.

Nessa situação hipotética, à luz do Provimento n.º 73/2018 do CNJ, Sara

a) só poderá retificar seu prenome e seu gênero de maneira extrajudicial após completar 21 anos de idade.

b) poderá retificar seu prenome e seu gênero de maneira extrajudicial, inclusive o seu nome de família, mas não o seu agnome indicativo de gênero e descendência.

c) poderá retificar seu prenome e seu gênero de maneira extrajudicial, assim como o seu agnome indicativo de gênero e descendência, mas não o seu nome de família.

d) poderá retificar seu prenome e seu gênero de maneira extrajudicial, mas não o seu agnome indicativo de gênero e descendência nem o seu nome de família.

e) poderá retificar seu prenome e seu gênero de maneira extrajudicial, bem como o seu agnome indicativo de gênero e descendência e o seu nome de família.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa C está correta, nos termos do art. 2º, itens 1º e 2º, do Provimento nº 73/2018 do CNJ: “Toda pessoa maior de 18 anos completos habilitada à prática de todos os atos da vida civil poderá requerer ao ofício do RCPN a alteração e a averbação do prenome e do gênero, a fim de adequá-los à identidade autopercebida. 1º A alteração referida no caput deste artigo poderá abranger a inclusão ou a exclusão de agnômes indicativos de gênero ou de descendência. 2º A alteração referida no caput não compreende a alteração dos nomes de família e não pode ensejar a identidade de prenome com outro membro da família”.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa C.

QUESTÃO 46. Carlos é um homem viúvo de sessenta e quatro anos de idade e, durante alguns anos, recebeu mesada do seu filho Pedro, porque não desenvolvia trabalhos remunerados por questões de saúde. No ano corrente, Pedro faleceu, o que causou a drástica diminuição de renda de Carlos, que passou a auferir somente a pensão por morte de sua esposa, o que o deixou em situação de miserabilidade. Após o falecimento da esposa e do filho, restaram como familiares de Carlos somente dois irmãos unilaterais um pouco mais novos e de idades distintas e sobre os quais sabe, embora não tenha com eles contato próximo há alguns anos, que gerenciam conjuntamente uma fábrica de embalagens que gera bastante lucro.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar, à luz da legislação de regência, que

a) não cabe o ajuizamento de ação judicial de alimentos em desfavor dos dois irmãos de Carlos porque esse tipo de demanda recai somente a ascendentes e descendentes diretos.

b) não cabe o ajuizamento de ação judicial de alimentos em desfavor dos dois irmãos de Carlos porque este recebe uma pensão por morte.

c) cabe o ajuizamento de ação judicial de alimentos em desfavor dos dois irmãos de Carlos, os quais teriam uma obrigação subsidiária entre eles, sendo preferencialmente obrigado o mais velho.

d) cabe o ajuizamento de ação judicial de alimentos em desfavor dos dois irmãos de Carlos, que teriam uma obrigação solidária entre eles.

e) não cabe o ajuizamento de ação judicial de alimentos em desfavor dos dois irmãos de Carlos dado o parentesco unilateral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 1.697 do Código Civil: “Na falta dos ascendentes cabe a obrigação aos descendentes, guardada a ordem de sucessão e, faltando estes, aos irmãos, assim germanos como unilaterais”.

A alternativa B está incorreta, pois não há essa objeção. Segundo o art. 1.695 do Código Civil: “São devidos os alimentos quando quem os pretende não tem bens suficientes, nem pode prover, pelo seu trabalho, à própria manutenção, e aquele, de quem se reclamam, pode fornecê-los, sem desfalque do necessário ao seu sustento.” Também dispõe o art. 11 da Lei nº 10.741: “Os alimentos serão prestados à pessoa idosa na forma da lei civil”.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta. Carlos é idoso, nos termos do art. 1º da Lei nº 10.741: “É instituído o Estatuto da Pessoa Idosa, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta)



anos”. Dessa forma, a ele incide a regra disposta no art. 12 da Lei 10.741: “A obrigação alimentar é solidária, podendo a pessoa idosa optar entre os prestadores”.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

QUESTÃO 47. Em busca de diversos orçamentos para uma reforma residencial, Henrique entrou em contato com uma empresa de serviços hidráulicos e recebeu um orçamento detalhado, no qual eram discriminados o valor do serviço, dos materiais e dos equipamentos que seriam utilizados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos referidos serviços. Satisfeito com a proposta, que não indicava um prazo de validade, Henrique a aceitou após 12 dias do seu recebimento. A empresa respondeu-lhe e indicou um aumento de 10% no valor inicialmente cobrado, o que foi aceito por Henrique. Por fim, a empresa entrou em contato novamente com ele, indicando novo acréscimo relativo à contratação de uma terceirizada até então não prevista.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no Código de Defesa do Consumidor, a empresa contratada por Henrique

a) poderia realizar qualquer alteração no orçamento prévio, visto que este não vincula as partes, as quais só se obrigam depois de assinado o contrato de prestação de serviços decorrente da proposta de trabalho.

b) poderia aumentar em 10% o valor anteriormente cobrado com fundamento na validade da proposta, que é, em regra, de 10 dias, assim como poderia acrescentar o serviço relativo à contratação de uma terceirizada, ainda que não previsto no orçamento prévio aceito.

c) não poderia aumentar em 10% o valor anteriormente cobrado visto que a validade legal da proposta é, em regra, de 15 dias, e não poderia acrescentar o serviço relativo à contratação de uma terceirizada não prevista no orçamento prévio aceito.

d) poderia aumentar em 10% o valor anteriormente cobrado com fundamento na validade legal da proposta, que é, em regra, de 10 dias, mas não poderia acrescentar o serviço relativo à contratação de uma terceirizada não prevista no orçamento prévio aceito.

e) não poderia aumentar em 10% o valor anteriormente cobrado visto que a validade legal da proposta é, em regra, de 15 dias, mas poderia acrescentar o serviço relativo à contratação de uma terceirizada, ainda que não previsto no orçamento prévio aceito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, nos termos do art. 40, §1º, do Código de Defesa do Consumidor (CDC): “O fornecedor de serviço será obrigado a entregar ao consumidor orçamento prévio discriminando o valor da mão-de-obra, dos materiais e equipamentos a serem empregados, as condições de pagamento, bem como as datas de início e término dos serviços. § 1º Salvo estipulação em contrário, o valor orçado terá validade pelo prazo de dez dias, contado de seu recebimento pelo consumidor”.

A alternativa B está incorreta, nos termos do art. 40, §3º, do CDC: “O consumidor não responde por quaisquer ônus ou acréscimos decorrentes da contratação de serviços de terceiros não previstos no orçamento prévio”.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa D está correta, conforme os fundamentos expostos nos comentários das alternativas A e B.

A alternativa E está incorreta, conforme os fundamentos expostos nos comentários das alternativas A e B.



QUESTÃO 48. Luiz e Carla foram a uma serventia extrajudicial para lavrar a escritura de divórcio perante um tabelião. Concluídos os trabalhos cartorários, receberam um boleto de cobrança dos emolumentos que envolviam o procedimento. Apesar de o divórcio ter sido consensual, como Luiz e Carla não mantêm uma boa relação, ambos se recusaram a pagar os valores devidos.

Nessa situação hipotética, de acordo com o Código Civil, o prazo prescricional para o tabelião ajuizar demanda judicial para receber os valores devidos é de

- a) cinco anos.
- b) dez anos.
- c) dois anos.
- d) um ano.
- e) três anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

A alternativa D está correta, nos termos do art. 206, §1º, III, do Código Civil: “Prescreve: §1º Em um ano: III - a pretensão dos tabeliães, auxiliares da justiça, serventuários judiciais, árbitros e peritos, pela percepção de emolumentos, custas e honorários”.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa D.

QUESTÃO 49. Sabendo que seria citada em processo de execução de título extrajudicial cujo valor da causa totalizava mais de cem mil reais, Pâmela se antecipou e transferiu para o seu filho seu único bem, um automóvel que vale aproximadamente sessenta mil reais.

Nessa situação hipotética, o negócio jurídico realizado por Pâmela caracteriza fraude

- a) à execução, o que o torna nulo.
- b) contra credores, o que o torna ineficaz.
- c) à execução, o que o torna anulável.
- d) contra credores, o que o torna anulável.
- e) à execução, o que o torna ineficaz.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E (passível de recurso)**.

A alternativa A está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa E.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa E.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa E.



A alternativa D está incorreta. O art. 158 do CC/02 define a fraude contra credores: “Os negócios de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida, se os praticar o devedor já insolvente, ou por eles reduzido à insolvência, ainda quando o ignore, poderão ser anulados pelos credores quirografários, como lesivos dos seus direitos”. Já o art. 792, IV, do CPC/15, define a fraude à execução: “A alienação ou a oneração de bem é considerada fraude à execução: quando, ao tempo da alienação ou da oneração, tramitava contra o devedor ação capaz de reduzi-lo à insolvência”. Assim, de acordo com o CC/02 e o CPC/15, a fraude à execução ocorreria apenas a partir da citação do devedor no processo. Portanto, considerando os dispositivos legais, o caso em tela seria fraude contra credores, tornando o negócio jurídico anulável.

A alternativa E está correta conforme o entendimento do STJ exarado no AgInt no Resp 1.885.750/AM: “(...) Consoante entendimento desta Corte Superior, considera-se fraude à execução a transferência de bens de ascendente para descendente quando, ao tempo da doação, tramitava contra o devedor alienante demanda capaz de reduzi-lo à insolvência. 2. A exegese do artigo 792, IV, do CPC/2015 (art. 593, II, do CPC/73), de se fixar a citação como momento a partir do qual estaria configurada a fraude de execução, exsurgiu com o nítido objetivo de proteger terceiros adquirentes de boa fé. No caso, não há terceiro de boa-fé a ser protegido, havendo elementos nos autos a indicar que a devedora doou intencionalmente e de má-fé todo o patrimônio ao próprio filho, quando ambos já tinham ciência da demanda capaz de reduzi-la à insolvência. 3. Assim, à vista das peculiaridades do caso concreto, bem delineadas na decisão do Juízo a quo, deve ser confirmada a decretação da fraude à execução, mesmo que o ato da transferência dos bens tenha ocorrido antes da citação formal da devedora no processo de execução (...)”.

Ocorrendo fraude à execução, o negócio jurídico é ineficaz, nos termos do art. 792, §1º, do CPC: “A alienação em fraude à execução é ineficaz em relação ao exequente”.

QUESTÃO 50. Mário vendeu um apartamento a Mauro, seu colega de trabalho. Além das cláusulas gerais dos contratos de venda e compra, ambos optaram por incluir, nos termos legais, a cláusula de retrovenda, que foi devidamente incluída na matrícula do imóvel. Após o falecimento de Mário, dois anos depois da venda regular, Victor, seu único filho e herdeiro, quer acionar imediatamente a cláusula para reaver o imóvel vendido.

Nessa situação hipotética, de acordo com o disposto no Código Civil, Victor

- a) poderá reaver o apartamento vendido por seu pai, desde que restitua o preço recebido à época da venda e reembolse as despesas do comprador, inclusive as que tenham sido efetuadas após autorização escrita ou para realizar benfeitorias necessárias.**
- b) poderá reaver o apartamento vendido por seu pai, desde que restitua o preço recebido à época da venda, sendo dispensado de ressarcir as despesas do comprador, inclusive as que tenham sido efetuadas com autorização escrita ou para realizar benfeitorias necessárias.**
- c) não poderá reaver o imóvel, haja vista que a cláusula especial de retrovenda perde a validade com o falecimento do vendedor, sendo intransferível a herdeiros.**
- d) não poderá reaver o imóvel, haja vista o transcurso do prazo legal para exercer esse direito.**
- e) poderá reaver o apartamento vendido por seu pai, desde que restitua o preço recebido à época da venda, sendo dispensado de ressarcir as despesas do comprador, salvo aquelas que tenham sido efetuadas com autorização escrita ou para realizar benfeitorias necessárias.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, conforme os arts. 505 e 507 do CC: “O vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e



reembolsando as despesas do comprador, inclusive as que, durante o período de resgate, se efetuaram com a sua autorização escrita, ou para a realização de benfeitorias necessárias” e “O direito de retrato, que é cessível e transmissível a herdeiros e legatários, poderá ser exercido contra o terceiro adquirente”.

A alternativa B está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa C está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa D está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, conforme o fundamento exposto no comentário da alternativa A.

QUESTÃO 51. De acordo com o Código de Processo Civil (CPC), são títulos executivos extrajudiciais

a) crédito decorrente de foro e laudêmio, certidão de serventia notarial referente a emolumentos legais de atos por ela praticados e sentença arbitral.

b) o contrato de seguro de vida em caso de morte, o crédito decorrente de foro e laudêmio, e a certidão de serventia notarial referente a emolumentos legais de atos por ela praticados.

c) a certidão de serventia notarial referente a emolumentos legais de atos por ela praticados, a sentença arbitral e decisão homologatória de autocomposição extrajudicial.

d) a sentença arbitral, a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial e o contrato de seguro de vida em caso de morte.

e) a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial, o contrato de seguro de vida em caso de morte e o crédito decorrente de foro e laudêmio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Os títulos executivos extrajudiciais destacados na questão são o seguro de vida em caso de resultado morte; o crédito decorrente de foro e laudêmio; e a certidão de serventia notarial referente a emolumentos legais de atos por ela praticados, conforme expressa redação do art. 784, incisos VI, VII e XI, respectivamente: "São títulos executivos extrajudiciais: [...] VI - o contrato de seguro de vida em caso de morte; VII - o crédito decorrente de foro e laudêmio; [...] XI - a certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei."

Já a decisão homologatória de acordo extrajudicial e a sentença arbitral são títulos executivos judiciais, conforme expressa redação do art. 515, incisos III e VII, respectivamente: "São títulos executivos judiciais, cujo cumprimento dar-se-á de acordo com os artigos previstos neste Título: [...] III - a decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza; [...] VII - a sentença arbitral."

Logo, a única alternativa que contém somente títulos extrajudiciais é a letra B.

QUESTÃO 52. De acordo com a legislação processual em vigor, a representação processual de determinado município pela Associação de Representantes de Municípios é

a) vedada em qualquer demanda judicial, em razão da manifesta ilegitimidade processual de associação para tutelar direito de pessoa jurídica de direito público.



b) autorizada apenas em casos de interesse comum dos municípios associados e depende de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do objeto de medida judicial.

c) permitida somente em ações coletivas que versem sobre direitos transindividuais indivisíveis e desde que haja concordância do órgão do Ministério Público que atue como fiscal da ordem jurídica no processo coletivo.

d) obrigatória nos casos de interesse comum dos municípios associados, haja ou não autorização política, as hipóteses de litisconsórcio unitário entre as pessoas jurídicas de direito público.

e) admitida para a defesa de qualquer município, formalmente associado ou não, seja qualquer for a natureza do objeto da ação, desde que a atuação associativa seja aprovada pela respectiva câmara municipal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta porque reproduz a literalidade do texto do art. 75, III e §5º, do CPC: "Serão representados em juízo, ativa e passivamente: [...] III - o Município, por seu prefeito, procurador ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada; [...] §5º A representação judicial do Município pela Associação de Representação de Municípios somente poderá ocorrer em questões de interesse comum dos Municípios associados e dependerá de autorização do respectivo chefe do Poder Executivo municipal, com indicação específica do direito ou da obrigação a ser objeto das medidas judiciais."

Logo, todas as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 53. No que se refere ao entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre procedimentos especiais, comunicação dos atos processuais, ação civil pública e de improbidade administrativa, julgue os itens a seguir.

I É vedado ao ente público ingressar em ação possessória entre particulares para discutir questão jurídica referente ao domínio do bem.

II O comparecimento espontâneo do executado constitui termo inicial para o pagamento decorrente do cumprimento de sentença que determina a obrigação de pagar quantia certa, dispensando-se, nessa situação, nova intimação formal.

III Em razão da divisão da competência da justiça comum estabelecida pela Constituição Federal de 1988 (CF), é juridicamente impossível a formação de litisconsórcio ativo entre o Ministério Público estadual e o Federal em ação civil pública que tramita em juízo singular.

IV A autoridade administrativa está legitimada a apurar a falta disciplinar do servidor público por ato ímprobo, independentemente do processamento do mesmo fato no bojo de ação de improbidade administrativa.

Assinale a opção correta.

a) Apenas o item I está certo.

b) Apenas o item II está certo.

c) Apenas os itens I e III estão certos.

d) Apenas os itens II e IV estão certos.

e) Apenas os itens III e IV estão certos.



Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A assertiva I está incorreta, pois o ente público pode apresentar oposição em ação possessória entre particulares, reivindicando para si o bem em disputa, conforme a Súmula 637 do STJ: "O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.". E isso se dá porque os particulares não podem opor sua posse ao ente público, conforme Súmula 619 do STJ: "A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.". Logo, a hipótese é uma exceção à vedação da oposição de domínio prevista no art. 557, *caput*, do CPC: "Na pendência de ação possessória é vedado, tanto ao autor quanto ao réu, propor ação de reconhecimento do domínio, exceto se a pretensão for deduzida em face de terceira pessoa."

A assertivas II está correta, pois, aplica-se, por analogia, ao cumprimento de sentença, o previsto art. 239, §1º, do CPC: "O comparecimento espontâneo do réu ou do executado supre a falta ou a nulidade da citação, fluindo a partir desta data o prazo para apresentação de contestação ou de embargos à execução.". E essa aplicação subsidiária se dá na forma do art. 771, *caput*, do CPC: "Este Livro regula o procedimento da execução fundada em título extrajudicial, e suas disposições aplicam-se, também, no que couber, aos procedimentos especiais de execução, aos atos executivos realizados no procedimento de cumprimento de sentença, bem como aos efeitos de atos ou fatos processuais a que a lei atribuir força executiva.". Logo, se o comparecimento espontâneo supre a citação, iniciando-se o prazo para a defesa (contestação no processo de conhecimento e ajuizamento de ação de embargos no processo de execução de título extrajudicial), aplica-se essa regra para a defesa na fase de cumprimento de sentença e, por consectário lógico, ao prazo para pagamento espontâneo da obrigação. É nesse sentido, inclusive, a jurisprudência do STJ, conforme se vê pela ementa do EDcl no AREsp n. 572.870, referente ao CPC/1973, o qual tratavam, neste ponto, a matéria da mesma forma que o CPC/2015: "EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. MULTA DO ART. 475-J DO CPC. INÍCIO DA CONTAGEM. 1. Inexistência de vícios quaisquer na decisão embargada a fazer acolhidos embargos de declaração que por sua pretensão meramente revisora da decisão recorrida impõe sejam conhecidos como agravo regimental, submetendo-se a decisão monocrática à apreciação do colegiado. 2. Consolidação do entendimento desta Corte Superior, em sede de recursos repetitivos, no sentido da contagem do prazo de quinze dias para pagamento voluntário da intimação do advogado do devedor. 3. Nulidade do ato de intimação. Contagem deflagrada do espontâneo comparecimento do executado. Precedentes. 4. Eficácia da oposição de embargos de declaração. Suspensão do ato e interrupção do prazo para a interposição de recurso. Decisão embargada que, todavia, não se tratava daquela em que determinado o pagamento voluntário sob pena de multa. Inexistência de afronta aos arts. 535 e 538 do CPC. 5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO CONHECIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL, AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO. (EDcl no AREsp n. 572.870/GO, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, julgado em 13/10/2015, DJe de 19/10/2015.)".

A assertiva III está incorreta, pois, em situações excepcionais e justificadas, é possível a a formação de litisconsórcio entre o Ministério Público Estadual e o Ministério Público Federal em ação civil pública conforme o previsto no art. 5º, §5º, da Lei 7.347/1985: "Têm legitimidade para propor a ação principal e a ação cautelar: [...] §5º Admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.". Ainda nesse sentido, explicitando essa interpretação do dispositivo legal citado, o precedente contido no REsp 1.444.484 (Informativo 594 do STJ): "ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, ESTADUAL E DO TRABALHO. ARTIGO 5º, §5º, DA LEI N. 7.347/1985. COMUNHÃO DE DIREITOS FEDERAIS, ESTADUAIS E TRABALHISTAS. 1. Nos termos do artigo 5º, § 5º, da Lei n. 7.347/1985: "admitir-se-á o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito



Federal e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei." 2. À luz do art. 128 da CF/88, o Ministério Público abrange: o Ministério Público da União, composto pelo Ministério Público Federal, o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; e os Ministérios Públicos dos Estados. 3. Assim, o litisconsórcio ativo facultativo entre os ramos do MPU e os MPs dos Estados, em tese, é possível, sempre que as circunstâncias do caso recomendem, para a propositura de ações civis públicas que visem à responsabilidade por danos morais e patrimoniais causados ao meio-ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico, à ordem econômica e urbanística, bem como a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, inclusive de natureza trabalhista. [...] 6. Dessa forma, diante da pluralidade de direitos que a presente demanda visa proteger, quais sejam: direitos à ordem econômica, ao trabalho, à saúde e ao consumidor, é viável o litisconsórcio ativo entre o MPF, MPE e MPT. 7. Recurso especial provido. (REsp n. 1.444.484/RN, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 18/9/2014, DJe de 29/9/2014.)"

A assertiva IV está correta, pois, pelo princípio da independência das instâncias, cabe processamento concomitante no âmbito administrativo e no âmbito judicial de ato de improbidade administrativa. Nesse sentido, o texto do art. 12, *caput*, da Lei 8.429/1994. "Independentemente do ressarcimento integral do dano patrimonial, se efetivo, e das sanções penais comuns e de responsabilidade, civis e administrativas previstas na legislação específica, está o responsável pelo ato de improbidade sujeito às seguintes cominações, que podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato.: [...]". Além do mais, a assertiva está de acordo com enunciado da Súmula 651 do STJ: "Compete à autoridade administrativa aplicar a servidor público a pena de demissão em razão da prática de improbidade administrativa, independentemente de prévia condenação, por autoridade judiciária, à perda da função pública."

Logo, são corretas as assertivas II e IV.

QUESTÃO 54. Renata ajuizou ação cível em face de Carla, com o objetivo de reivindicar a propriedade de determinado bem móvel. Durante a fase de instrução processual, Carla vendeu o bem a Maria, que o adquiriu, tendo conhecimento da demanda judicial. Posteriormente, Maria requereu seu ingresso no feito como sucessora processual de Carla, tendo a autora Renata se manifestado expressamente contrária à alteração do polo passivo da demanda.

Em relação a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) A sucessão processual não deve ocorrer porque a lei processual determina ser nula a alienação de bem litigioso após a distribuição de ação judicial.**
- b) Como a sucessão processual somente é admitida no caso de falecimento de alguma das partes originárias, o juiz deve extinguir o processo sem resolução do mérito.**
- c) O magistrado deve deferir a sucessão processual porque, nesse caso, ela é obrigatória e não depende da concordância da autora Renata.**
- d) Carla deve permanecer no polo passivo do processo como substituta processual de Maria, e os efeitos da sentença se estenderão à adquirente do bem.**
- e) O pedido de sucessão deve ser indeferido porque, seja qual for a vontade das partes, a participação de Maria somente pode ser feita por meio de assistência simples.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa D está correta, pois está de acordo com o expresso texto do art. 109, §§1º e 3º, do CPC: "A alienação da coisa ou do direito litigioso por ato entre vivos, a título particular, não altera a legitimidade das partes. §1º O adquirente ou cessionário não poderá ingressar em juízo, sucedendo o alienante ou cedente, sem



que o consinta a parte contrária. [...] §3º Estendem-se os efeitos da sentença proferida entre as partes originárias ao adquirente ou cessionário."

Logo, as demais assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 55. Em processo de execução promovido por organismo internacional em face de determinado município, o juízo federal comum responsável pelo exame da causa determinou a expedição de precatório complementar.

Nessa situação hipotética, caso deseje impugnar a decisão, o município, de acordo como disposto no CPC, deve

- a) impetrar mandado de segurança junto ao STJ, porque a decisão é considerada irrecorrível.**
- b) interpor recurso administrativo junto ao presidente do tribunal competente, única medida constitucionalmente cabível para o questionamento da expedição de precatório.**
- c) interpor agravo de instrumento dirigido ao tribunal regional federal (TRF).**
- d) impetrar mandado de segurança junto a tribunal regional federal (TRF), porque a decisão é considerada como irrecorrível.**
- e) interpor agravo de instrumento dirigido ao STJ.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa E está correta, pois, em primeiro lugar, o recurso cabível de decisão interlocutória em sede de cumprimento de sentença é o agravo de instrumento, conforme art. 1.015, parágrafo único, do CPC: "Também caberá agravo de instrumento contra decisões interlocutórias proferidas na fase de liquidação de sentença ou de cumprimento de sentença, no processo de execução e no processo de inventário.". E a competência para julgamento deste agravo é do STJ, conforme art. 1.027, II, "b", e §1º, do CPC: "Serão julgados em recurso ordinário: [...] II - pelo Superior Tribunal de Justiça: [...] b) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País. §1º Nos processos referidos no inciso II, alínea "b", contra as decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, nas hipóteses do art. 1.015.". Ainda, no mesmo sentido, destaca-se o texto do art. 105, II, "c", da CF/88, com idêntica redação do CPC.

Logo, as demais assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 56. De acordo com o disposto no CPC acerca do procedimento especial do inventário e partilha, terá preferência para figurar como inventariante, em relação a todos os demais, de acordo com a ordem legalmente estabelecida,

- a) o Ministério Público, caso haja herdeiro incapaz.**
- b) o companheiro ou cônjuge supérstite que convivia com o falecido ao tempo do óbito.**
- c) o herdeiro com maior quinhão na herança.**
- d) o testamenteiro, em todos os casos em que haja cumprimento de testamento.**
- e) o inventariante judicial que aceite atuar como auxiliar da justiça pelo menor custo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.



A alternativa B está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 617, I, do CPC: "O juiz nomeará inventariante na seguinte ordem: I - o cônjuge ou companheiro sobrevivente, desde que estivesse convivendo com o outro ao tempo da morte deste; [...]".

Logo, as demais assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 57. Determinada associação de notários e registradores deseja ajuizar duas ações sem qualquer relação entre si, para impugnar atos distintos que foram praticados pelo Conselho Nacional de Justiça no exercício de suas competências constitucionais. A primeira demanda trata de ação ordinária pelo procedimento comum, e a segunda, de mandado de segurança.

Em relação a essa situação hipotética, é correto afirmar, de acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), que

- a) a primeira ação é de competência originária do STF, enquanto a segunda é de competência originária do STJ.**
- b) ambas as ações são de competência originária do STF.**
- c) ambas as ações são de competência originária do STJ.**
- d) a primeira ação é de competência originária do STJ, enquanto a segunda é de competência originária da justiça comum.**
- e) a primeira ação é de competência originária do STF, enquanto a segunda é de competência originária da justiça comum.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 102, I, "r", da CF/88: "Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I- processar e julgar, originariamente: [...] r) as ações contra o Conselho Nacional de Justiça e contra o Conselho Nacional do Ministério Público [...]." Como o texto da Constituição não diferencia a espécie de ação a ser julgada, todas as que questionarem decisões do CNJ são de competência do STF. Nesse sentido, a ADI 4412 (Informativo 1000 do STF): "Ação direta de inconstitucionalidade. 1. Art. 106 do Regimento Interno do Conselho Nacional de Justiça, na redação dada pela Emenda Regimental 01/2010. 2. Exigência de imediato de decisão ou ato administrativo do CNJ, mesmo quando impugnado perante juízo incompetente. 3. Higidez do dispositivo impugnado. 4. Competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal para julgar ações ajuizadas contra atos do CNJ praticados no exercício de suas competências constitucionais. 6. Inteligência do art. 106 do RI/CNJ à luz da Constituição e da jurisprudência recente do STF. 7. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente. (ADI 4412, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 18/11/2020, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-049 DIVULG 12-03-2021 PUBLIC 15-03-2021)."

Logo, as demais assertivas estão incorretas.

QUESTÃO 58. Assinale a opção correta com base nas regras estabelecidas no CPC referentes a atuação das partes e de seus procuradores, de terceiros intervenientes, do juiz e do Ministério Público.

- a) Em processo judicial, a concessão do benefício da gratuidade da justiça estende-se aos emolumentos devidos a registradores ou notários em decorrência da prática de registro ou de qualquer outro ato notarial necessário à efetivação da decisão do magistrado.**



b) A denúncia sucessiva da lide promovida pelo denunciado é incompatível com o ordenamento processual pátrio por violar o princípio da razoável duração do processo.

c) Nos casos de extinção do processo sem resolução do mérito por perda superveniente do objeto, não serão devidos honorários sucumbenciais por nenhuma das partes.

d) O Ministério Público deve ser intimado para, no prazo legal, intervir como fiscal da ordem jurídica em todas as ações judiciais ajuizadas por autarquias estaduais.

e) Em qualquer momento processual antes da prolação da sentença, o juiz pode determinar que as partes compareçam pessoalmente para, sob pena de confissão, inquiri-las a respeito dos fatos da causa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o expresso texto do art. 98, §1º, IX, do CPC: "§1º A gratuidade da justiça compreende: [...] IX- os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido."

A alternativa B está incorreta, porque o art. 125, §2º, do CPC, permite a denúncia da lide sucessiva, ou seja, que o denunciado da lide apresente nova denúncia, a qual fica limitada a uma única vez. Veja-se o texto do dispositivo legal: "Admite-se uma única denúncia sucessiva, promovida pelo denunciado, contra seu antecessor imediato na cadeia dominial ou quem seja responsável por indenizá-lo, não podendo o denunciado sucessivo promover nova denúncia, hipótese em que eventual direito de regresso será exercido por ação autônoma."

A alternativa C está incorreta, pois, mesmo nos casos de extinção do processo por perda do objeto, são devidos honorários sucumbenciais por quem deu causa ao ajuizamento da ação (princípio da causalidade), conforme art. 85, §10, do CPC: "A sentença condenará o vencido a pagar honorários ao advogado do vencedor. [...] §10. Nos casos de perda do objeto, os honorários serão devidos por quem deu causa ao processo."

A alternativa D está incorreta, pois o Ministério Público somente participa dos processos em que se discute interesse público primário da Fazenda Pública, conforme o texto do art. 178, I, e parágrafo único, do CPC: "O Ministério Público será intimado para, no prazo de 30 (trinta) dias, intervir como fiscal da ordem jurídica nas hipóteses previstas em lei ou na Constituição Federal e nos processos que envolvam: I- interesse público ou social; [...] Parágrafo único. A participação da Fazenda Pública não configura, por si só, hipótese de intervenção do Ministério Público." Nesse sentido o EREsp 1.151.639 (Informativo 548 do STJ): "PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA EM RECURSO ESPECIAL. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. AÇÃO DE RESSARCIMENTO AO ERÁRIO PROPOSTA POR ENTE PÚBLICO. INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO. DESNECESSIDADE. NULIDADE NÃO CONFIGURADA. 1. A interpretação do art. 82, II, do CPC, à luz dos arts. 129, incisos III e IX, da Constituição da República, revela que o "interesse público" que justifica a intervenção do Ministério Público não está relacionado à simples presença de ente público na demanda nem ao seu interesse patrimonial (interesse público secundário ou interesse da Administração). Exige-se que o bem jurídico tutelado corresponda a um interesse mais amplo, com espectro coletivo (interesse público primário). 2. A causa de pedir ressarcimento pelo ente público lesionado, considerando os limites subjetivos e objetivos da lide, prescinde da análise da ocorrência de ato de improbidade, razão pela qual não há falar em intervenção obrigatória do Ministério Público. 3. Embargos de divergência providos para, reformando o acórdão embargado, dar provimento ao recurso especial e, em consequência, determinar que o Tribunal de origem, superada a nulidade pela não intervenção do Ministério Público, prossiga no julgamento do recurso de apelação. (EREsp n. 1.151.639/GO, relator Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Seção, julgado em 10/9/2014, DJe de 15/9/2014.).



A alternativa E está incorreta, pois só se aplica a pena de confissão nas hipóteses de ausência injustificada da parte ou em caso de recusa em depor no depoimento pessoal pedido pela parte contrária, e desde que tenha sido intimada para tanto, conforme o que expressamente preceitua o art. 385 do CPC: "Cabe à parte requerer o depoimento pessoal da outra parte, a fim de que esta seja interrogada na audiência de instrução e julgamento, sem prejuízo do poder do juiz de ordená-lo de ofício. §1º Se a parte, pessoalmente intimada para prestar depoimento pessoal e advertida da pena de confesso, não comparecer ou, comparecendo, se recusar a depor, o juiz aplicar-lhe-á a pena.". Por outro lado, o interrogatório determinado de ofício pelo juiz, com base em seus poderes gerais, não gera tal consequência, conforme art. 139, VIII, do CPC: " O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: [...] VIII - determinar, a qualquer tempo, o comparecimento pessoal das partes, para inquiri-las sobre os fatos da causa, hipótese em que não incidirá a pena de confesso; [...]".

QUESTÃO 59. Cabe reclamação constitucional dirigida ao STF para impugnar ato de natureza administrativa que tenha contrariado entendimento firmado em

I súmula vinculante.

II precedente de repercussão geral.

III acórdão de mérito de ação direta de inconstitucionalidade.

a) Nenhum item está certo.

b) Apenas o item I está certo.

c) Os itens I e II estão certos.

d) Os itens II e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A assertiva I está correta, porque reproduz exatamente o texto do art. 103-A, §3º, da CF/88: "Do ato administrativo ou decisão judicial que contrariar a súmula aplicável ou que indevidamente a aplicar, caberá reclamação ao Supremo Tribunal Federal que, julgando-a procedente, anulará o ato administrativo ou cassará a decisão judicial reclamada, e determinará que outra seja proferida com ou sem a aplicação da súmula, conforme o caso.". E, no mesmo sentido, o art. 7º, da Lei 11.417/2016, o qual reproduz a redação da Constituição.

Já as assertivas II e III estão incorretas, porque precedente de repercussão geral e acórdão de mérito em ação direta de inconstitucionalidade só admitem reclamação contra ato judicial que desafie sua autoridade. Nesse sentido, o texto do art. 988, III, do CPC: "Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para: [...] III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade. [...]".

QUESTÃO 60. Assinale a opção em que é apresentada hipótese de matéria de defesa do réu que não pode ser conhecida de ofício pelo magistrado.

a) convenção de arbitragem pactuada entre as partes.

b) litispendência.

c) nulidade de citação.



d) perempção.

e) inépcia da petição inicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois está de acordo com o exposto texto do art. 337, §5º, do CPC: "Excetuada a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo.

Logo, as demais assertivas estão incorretas, porque todas são matérias que o juiz pode conhecer de ofício, conforme o previsto no art. 337, I, IV e IV e §5º c/c art. 485, I, IV e V e §3º, ambos do CPC: "§3º O juiz conhecerá de ofício da matéria constante dos incisos IV, V, VI e IX, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não ocorrer o trânsito em julgado."

QUESTÃO 61. Maria, em razão de ser mulher, foi ameaçada e agredida fisicamente por seu companheiro, com quem convivia no mesmo lar havia dez anos. Por causa disso, ela registrou uma ocorrência policial e assinou termo de representação, dado o delito de ameaça. Foi instaurado o respectivo inquérito policial, e Maria obteve medidas protetivas contra o agressor, o qual foi devidamente intimado de que não poderia se aproximar-se dela nem manter nenhum tipo de contato com ela.

Considerando a situação hipotética anterior, assinale a opção correta à luz da Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Pena) e da correta jurisprudência dos tribunais superiores.

a) Caso o agressor seja condenado a pena privativa de liberdade pelos delitos praticados contra Maria, será cabível a substituição dessa pena por restritiva de direitos.

b) Consoante disposto na Lei Maria da Pena, caso o agressor descumpra as medidas protetivas determinadas, a autoridade policial poderá decretar a sua prisão preventiva.

c) Maria poderá renunciar à representação oferecida na delegacia de polícia, perante a autoridade policial.

d) Segundo entendimento do STJ, a vulnerabilidade e a hipossuficiência de Maria são presumidas pela Lei Maria da Pena, de modo que é desnecessária a demonstração específica da subjugação feminina para que sejam aplicadas as garantias dessa lei ao caso em questão.

e) Maria poderá renunciar à representação oferecida, mediante registro, em ata notarial, do seu desejo de não processar o agressor.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

As alternativas A está incorreta. Súmula 588 do STJ: "A prática de crime ou contravenção penal contra a mulher com violência ou grave ameaça no ambiente doméstico impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos."

A alternativa B está incorreta. Quem decreta prisão preventiva é o magistrado. A autoridade policial pode representar. Art. 20. Em qualquer fase do inquérito policial ou da instrução criminal, caberá a prisão preventiva do agressor, decretada pelo juiz, de ofício, a requerimento do Ministério Público ou mediante representação da autoridade policial.



A alternativa C está incorreta. Segundo o art. 16 da Lei Maria da Penha, só é permitido a retratação da representação perante a autoridade judicial em audiência designada para esse fim: “Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”

A alternativa D está correta. Segundo o Superior Tribunal de Justiça, entende-se ser presumida, pela Lei n. 11.340/2006, a hipossuficiência e a vulnerabilidade da mulher em contexto de violência doméstica e familiar, motivo pelo qual, é desnecessária, portanto, a demonstração específica da subjugação feminina para que seja aplicado o sistema protetivo da Lei Maria da Penha, pois a organização social brasileira ainda é fundada em um sistema hierárquico de poder baseado no gênero, situação que o referido diploma legal busca coibir. AgRg na MPUMP 6/DF, relatora Ministra Nancy Andrighi, Corte Especial, julgado em 18/5/2022, DJe de 20/5/2022.

A alternativa E está incorreta. Segundo o art. 16 da Lei Maria da Penha, só é permitido a retratação da representação perante a autoridade judicial em audiência designada para esse fim: “Nas ações penais públicas condicionadas à representação da ofendida de que trata esta Lei, só será admitida a renúncia à representação perante o juiz, em audiência especialmente designada com tal finalidade, antes do recebimento da denúncia e ouvido o Ministério Público.”

QUESTÃO 62. Em determinado cartório de notas e protestos, Tatiana apresentou uma carteira de identidade com a sua foto, mas com o nome de outra pessoa, a qual havia previamente produzido a completa falsificação do documento, tendo-o confeccionado mediante o uso de impressora eletrônica colorida. No estabelecimento cartorial, Tatiana fez uso do citado documento, por meio do qual se passou pela subscritora de documentos que atestavam o adimplemento de dívidas de empresas, destinados ao cancelamento de protestos, com vistas ao reconhecimento, pelo tabelião, das firmas em tais documentos. Ao manusear o documento, a escrevente desconfiou de sua veracidade e chamou sua supervisora. Esta, por sua vez, pediu auxílio ao tabelião, o qual, por fim, fez alguns questionamentos a Tatiana, que acabou reconhecendo que aquele documento era falso e que tinha conhecimento de sua falsidade. Em seguida, o tabelião acionou a polícia militar e Tatiana foi presa em flagrante delito.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Tatiana cometeu o delito de falsificação de documento público, consistente no ato de falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.**
- b) Tatiana praticou o delito de mera atividade e instantâneo.**
- c) A conduta de Tatiana é atípica em razão da falsidade grosseira do documento.**
- d) O delito praticado por Tatiana atenta contra a fé pública documental e admite tanto a forma omissiva quanto a comissiva.**
- e) Tatiana cometeu delito cuja consumação depende da obtenção de proveito ou da influição de prejuízo pretendido por seu autor.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Art. 297 - Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro: Pena - reclusão, de dois a seis anos, e multa.

A alternativa B está incorreta. O crime de falsificação de documento público é crime formal, que dispensa resultado para consumação, por isso também pode ser considerado instantâneo. Mas não é crime de mera



atividade ou mera conduta. Os crimes de mera conduta são crimes sem resultado e não com resultado dispensado. Por isso não devem ser confundidos.

A alternativa C está incorreta. Não se pode considerar grosseira a falsidade, já que houve a avaliação por mais de uma pessoa até que o tabelião reconhecesse, logo, pela descrição da situação não se pode afirmar que era tão facilmente perceptível a olho nu.

A alternativa D está incorreta. Pela descrição da conduta no “caput” do art. 297, o crime de falsificação de documento público é comissivo, ressalvada eventualmente a omissão imprópria, mas não é omissivo próprio.

A alternativa E está incorreta. O crime de falsificação de documento público é crime formal, que dispensa resultado para consumação.

QUESTÃO 63. Valendo-se da situação de calamidade pública decretada em razão da pandemia de covid-19, Eduardo, mediante o uso de uma chave falsa, subtraiu para si um veículo de propriedade de Mariana. Acionada, a polícia militar, após efetuar algumas rondas, prendeu em flagrante Eduardo na posse do veículo e da chave usada por ele para ligar o automóvel.

Nessa situação hipotética, houve o delito de

a) furto tentado, uma vez que o veículo foi retomado em momento imediatamente posterior à sua subtração.

b) furto tentado, uma vez que não houve posse desviada do veículo.

c) furto consumado, segundo a teoria da *ablatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.

d) furto consumado, segundo a teoria da *concretatio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.

e) furto consumado, segundo a teoria da *amotio* ou *apprehensio*, devendo haver a incidência da agravante genérica relativa à ocasião de calamidade pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A e B estão incorretas. A retomada do bem em momento imediatamente posterior não influencia na consumação, assim como a posse desviada é dispensável para a consumação de acordo com a súmula 582 do STJ: “Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desviada.”

A alternativa C está incorreta. O STJ adotou na súmula 582 a teoria da *amotio*. A teoria da *ablatio* exige que a coisa seja transportada para outro lugar, mas a questão fala que houve flagrante na posse do veículo.

A alternativa D está incorreta. O STJ adotou na súmula 582 a teoria da *amotio*. A teoria da *concretatio* exige apenas o contato do autor com a coisa alheia.

A alternativa E está correta. O STJ adotou na súmula 582 a teoria da *amotio*, segundo a qual a consumação exige apenas que a coisa passe para o poder do agente, mesmo que por um curto espaço de tempo e independentemente de deslocamento ou de posse mansa e pacífica.

QUESTÃO 64. José, valendo-se da função de tabelião interino de determinado tabelionato de notas e protestos de títulos, desviou, em proveito próprio, valores por ele recebidos em protestos de títulos,



deixando de repassar, no prazo legal, os respectivos valores aos credores, por, pelo menos, sete vezes, em continuidade delitiva.

Na situação hipotética apresentada, José cometeu o delito de

- a) peculato-desvio.**
- b) peculato-furto.**
- c) apropriação indébita.**
- d) estelionato.**
- e) corrupção passiva.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Art. 312 do Código Penal tipifica o crime de peculato: “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.” A doutrina classifica o “caput” em peculato-furto e peculato-desvio. A segunda parte “ou desviá-lo” refere-se ao peculato-desvio. A situação descreve a conduta de desvio.

A alternativa B está incorreta. O Art. 312 do Código Penal tipifica o crime de peculato: “Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.” A primeira parte “apropriar-se” refere-se ao peculato-furto.

A alternativa C está incorreta. O Art. 168 do CP tipifica o crime de apropriação indébita: “Apropriar-se de coisa alheia móvel, de que tem a posse ou a detenção”.

A alternativa D está incorreta. O Art. 171 do CP tipifica o crime de estelionato: “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento.”

A alternativa E está incorreta. O Art. 317 do CP tipifica o crime de corrupção passiva: “Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.”

QUESTÃO 65. Fernando e João, sócios proprietários de um supermercado, tinham em depósito e expuseram à venda produtos impróprios ao consumo humano, com prazo de validade expirado, armazenados de modo incorreto, e sem procedência.

A respeito da situação hipotética precedente, assinale a opção correta de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (CDC) e a Lei nº 8.137/1990, que dispõe sobre os crimes contra a ordem tributária e econômica e contra as relações de consumo.

- a) O delito em questão é material, de modo que exige um resultado danoso.**
- b) Inexiste punição para a modalidade culposa do delito praticado nessa situação.**
- c) A configuração do crime em questão pressupõe a demonstração da nocividade dos produtos à saúde humana.**
- d) A tipificação legal do delito em questão é norma penal em branco complementada pelo CDC.**
- e) Trata-se de delito de perigo concreto, que exige resultado danoso.**



Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A e E estão incorretas. Os crimes contra a relação de consumo são crimes formais e de perigo presumido, dispensando o resultado danoso, bastando que os consumidores sejam expostos ao risco.

A alternativa B está incorreta. O Art. 7º da Lei nº 8.137/90, dispõe que “Constitui crime contra as relações de consumo: IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo; Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II, III e IX pune-se a modalidade culposa, reduzindo-se a pena e a detenção de 1/3 (um terço) ou a de multa à quinta parte.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com a 5ª Turma do STJ, no RHC 73.064/SP, Rel. Min. Felix Fischer, julgado em 16/02/2017, a conduta do comerciante que expõe à venda a matéria-prima ou mercadoria, com o prazo de validade vencido, configura, em princípio, a figura típica do art. 7º, inciso IX da Lei n. 8.137/90 c/c o art. 18, § 6º, inciso I, da Lei n. 8.078/90, sendo despcienda, para tanto, a verificação pericial, após a apreensão do produto, de ser este último realmente impróprio para o consumo.

A alternativa D está correta. O Art. 7º da Lei nº 8.137/90, dispõe que “Constitui crime contra as relações de consumo: IX - vender, ter em depósito para vender ou expor à venda ou, de qualquer forma, entregar matéria-prima ou mercadoria, em condições impróprias ao consumo”. Mas o conceito de “condições impróprias ao consumo” encontra-se no art. 18, § 6º do CDC: “São impróprios ao uso e consumo: I - os produtos cujos prazos de validade estejam vencidos; (...)”.

QUESTÃO 66. Considerando a distinção entre atos preparatórios e atos de execução, assinale a opção correta consoante o Código Penal (CP) e a doutrina majoritária.

- a) Na perspectiva da teoria objetivo-individual, o plano concreto do autor é irrelevante para a caracterização dos atos executórios.**
- b) Ao tratar da tentativa, o CP adota a teoria subjetiva ou monista pura.**
- c) No contexto da teoria objetivo-formal, a teoria da hostilidade ao bem jurídico sustenta que ato executório é aquele que ataca o bem jurídico, retirando-o do estado de paz.**
- d) Conforme a teoria objetivo-material, atos executórios são os que fazem parte do núcleo do tipo.**
- e) Segundo a teoria objetivo-individual, os atos executórios são apenas os que dão início à ação típica, atacando o bem jurídico.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A teoria objetivo-individual se baseia justamente no plano concreto do autor.

A alternativa B está incorreta. O Código Penal adotou a teoria objetiva-formal, segundo a qual os atos executórios são aqueles que iniciam o núcleo do tipo penal.

A alternativa C está incorreta. A teoria da hostilidade ao bem jurídico encontra-se no contexto material, e não formal, uma vez que exige que o bem jurídico seja atacado.

A alternativa D está incorreta. A teoria objetivo-material se baseia na perspectiva de um terceiro observador, sendo atos executórios aqueles imediatamente anteriores, na visão deste, ao início do tipo penal.

A alternativa E está correta. A teoria objetivo-individual os atos executórios se baseiam no plano do autor, assim aqueles que iniciam o ataque ao bem jurídico na sua perspectiva.



QUESTÃO 67. Com base na Lei nº 9.099/1995 (Lei dos Juizados Especiais), assinale a opção correta.

- a) Caso a suspensão do processo seja proposta pelo Ministério Público e seja aceita pelo autor, correrá a prescrição durante o prazo da referida suspensão.
- b) Em caso de crime cuja pena mínima cominada seja inferior a um ano, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo pelo tempo equivalente ao prazo prescricional do delito, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos autorizadores da suspensão condicional da pena.
- c) Em caso de flagrante delito, após a lavratura do termo circunstanciado, é cabível a prisão do autor da conduta delitiva, sendo admissível o pagamento de fiança.
- d) Caso não seja alcançada a composição dos danos civis, o ofendido deverá exercer o direito de representação verbal na audiência preliminar, sob pena de decadência do direito.
- e) Se o suspeito estiver em lugar incerto ou desconhecido para que seja citado, será inviável a aplicação do rito especial previsto na Lei dos Juizados Especiais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o art. 89, §6º, da Lei nº 9.099/95: “Não correrá a prescrição durante o prazo de suspensão do processo”.

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 89, “caput”, da Lei nº 9.099/95: “Nos crimes em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a um ano, abrangidas ou não por esta Lei, o Ministério Público, ao oferecer a denúncia, poderá propor a suspensão do processo, **por dois a quatro anos**, desde que o acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime, presentes os demais requisitos que autorizariam a suspensão condicional da pena (art. 77 do Código Penal).”

A alternativa C está incorreta. Dispõe o art. 69, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95: “Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. Em caso de violência doméstica, o juiz poderá determinar, como medida de cautela, seu afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a vítima.”

A alternativa D está incorreta. Dispõe o art. 75, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95: “O não oferecimento da representação na audiência preliminar não implica decadência do direito, que poderá ser exercido no prazo previsto em lei.”

A alternativa E está correta. Dispõe o art. 66, parágrafo único, da Lei nº 9.099/95: “Não encontrado o acusado para ser citado, o Juiz encaminhará as peças existentes ao Juízo comum para adoção do procedimento previsto em lei.”

QUESTÃO 68. Assinale a opção correta de acordo com a Lei nº 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

- a) Entre as penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade, a referida lei prevê a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, sem perda dos vencimentos e das vantagens.
- b) A insistência do delegado de polícia em interrogar pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio não configura abuso de autoridade.



c) Os crimes previstos na lei em questão são de ação penal pública condicionada à representação do ofendido.

d) A violência institucional se restringe às vítimas de infração penal.

e) A conduta de um juiz deixar de substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa, quando manifestamente cabível, configura abuso de autoridade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. É com a perda dos vencimentos. O Art. 5º da Lei nº 13.869/19: As penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade previstas nesta Lei são: (...) II - suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens”.

A alternativa B está incorreta. O Art. 15 da Lei nº 13.869/19 dispõe como crime de abuso de autoridade: Constranger a depor, sob ameaça de prisão, pessoa que, em razão de função, ministério, ofício ou profissão, deva guardar segredo ou resguardar sigilo: Pena - detenção, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa. Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem prossegue com o interrogatório: I - de pessoa que tenha decidido exercer o direito ao silêncio; ou (...)”..

A alternativa C está incorreta. Art. 3º da Lei nº 13.869/19: “Os crimes previstos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada.”

A alternativa D está incorreta. Pode ser também a testemunha de infração penal. Art. 15-A: “Submeter a vítima de infração penal ou a testemunha de crimes violentos a procedimentos desnecessários, repetitivos ou invasivos, que a leve a reviver, sem estrita necessidade.”

A alternativa E está correta. O Art. 9º da Lei nº 13.869/19 dispõe que é crime “Decretar medida de privação da liberdade em manifesta desconformidade com as hipóteses legais”. O Parágrafo único estende: “Incorre na mesma pena a autoridade judiciária que, dentro de prazo razoável, deixar de: (...) II - substituir a prisão preventiva por medida cautelar diversa ou de conceder liberdade provisória, quando manifestamente cabível.”

QUESTÃO 69. Agindo com consciência e vontade de criar documento como se verdadeiro fosse, Silvio falsificou sinal público de tabelião, fabricando-o, a fim de subscrever, como se tabelião substituto fosse, ato notarial de reconhecimento das firmas de Natalia e de Ana apostas em instrumento particular de cessão de direitos que tinha por objeto a gleba de terras.

Assinale a opção que apresenta o tipo penal praticado por Silvio na situação hipotética precedente.

a) falsificação de papéis públicos

b) falsificação de documento público

c) falsificação de sinal público de tabelião

d) uso de sinal público de tabelião falsificado

e) falso reconhecimento de firma ou letra

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.



A alternativa A está incorreta. O crime de falsificação de papéis públicos encontra-se no art. 293 do CP: “Art. 293 - Falsificar, fabricando-os ou alterando-os” seguido dos inciso de I a VI, mas em nenhum deles tem a previsão “sinal público de tabelião”, como tem especificadamente no art. 296, II do CP.

A alternativa B está incorreta. O crime de falsificação de documento público está previsto no Art. 297 do CP: “Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro.”

A alternativa C está correta. O Art. 296 do Código Penal tipifica o crime de Falsificação do selo ou sinal público: “Falsificar, fabricando-os ou alterando-os: I - selo público destinado a autenticar atos oficiais da União, de Estado ou de Município; II - selo ou sinal atribuído por lei a entidade de direito público, ou a autoridade, ou sinal público de tabelião.”.

A alternativa D está incorreta. O uso de sinal público de tabelião falsificado está previsto como crime no §1º do art. 296 do CP: “Incorre nas mesmas penas: I - quem faz uso do selo ou sinal falsificado.” Mas a questão não chega a narrar se o sinal foi utilizado, mas apenas que foi fabricado com a finalidade de subscrever ato notarial.

A alternativa E está incorreta. O crime de falso reconhecimento de firma ou letra encontra-se tipificado no art. 300 do CP: “Reconhecer, como verdadeira, no exercício de função pública, firma ou letra que o não seja”.

QUESTÃO 70. Pedro e Artur, agindo em comunhão de esforços e unidade de desígnios, um aderindo à conduta do outro, constrangem Helena, mediante grave ameaça, a entregar-lhes a quantia de R\$ 5 mil em espécie, dizendo-lhe que, se ela sacasse o dinheiro, nada de ruim iria lhe acontecer, de forma que ambos os criminosos obtivessem indevida vantagem econômica. Assim, a vítima se dirigiu até uma agência bancária, sempre na vigilância dos dois comparsas, e realizou o saque daquele valor, que foi entregue a eles.

No que diz respeito a essa situação hipotética, assinale a opção correta.

a) Dada a concorrência de Artur e Pedro para a prática de uma mesma infração penal, caracterizou-se o concurso de agentes, na modalidade de participação, segundo o conceito restritivo de autor.

b) Segundo o CP, que adota, como regra, a teoria monista, presentes a pluralidade de agentes, a convergência de vontades voltadas à prática da mesma infração penal, Pedro e Artur devem ser responsabilizados pelo delito de extorsão qualificada, na medida da sua culpabilidade.

c) Será viável o reconhecimento do arrependimento eficaz caso Pedro e Artur devolvam o dinheiro a Helena antes de iniciada eventual investigação policial.

d) Caso Pedro e Artur tivessem interrompido a execução do crime por circunstâncias externas alheias às suas vontades, estaria configurada a desistência voluntária.

e) Será viável o reconhecimento do arrependimento posterior caso Pedro e Artur devolvam o dinheiro a Helena antes do início de eventual ação penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Ambos são considerados autores, mesmo pelo conceito restritivo de autor, segundo o qual é autor aquele que realiza o núcleo do tipo penal. Tanto Pedro como Artur realizaram a conduta.

A alternativa B está correta. O Código Penal realmente adota a teoria monista ao dispor no art. 29 que “Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade”, desta forma os agentes cometeram o famigerado “sequestro-relâmpago”, isto é, extorsão qualificada, prevista no art. 158 do CP: “Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, e com o intuito de obter para



si ou para outrem indevida vantagem econômica, a fazer, tolerar que se faça ou deixar de fazer alguma coisa: (...) § 3º Se o crime é cometido mediante a restrição da liberdade da vítima, e essa condição é necessária para a obtenção da vantagem econômica, a pena é de reclusão, de 6 (seis) a 12 (doze) anos, além da multa; se resulta lesão corporal grave ou morte, aplicam-se as penas previstas no art. 159, §§ 2º e 3º, respectivamente”, já que a atuação da vítima, diferente do roubo, era necessária, qual seja, sacar o dinheiro.

A alternativa C está incorreta. Não é aplicável o arrependimento eficaz ao caso, tendo em vista que os agentes, em nenhum momento, atuaram para evitar o resultado, nos termos do art. 15 do CP: “O agente que, voluntariamente, desiste de prosseguir na execução ou impede que o resultado se produza, só responde pelos atos já praticados.”

A alternativa D está incorreta. A desistência voluntária ocorre por circunstâncias internas, como indica a literalidade da expressão. Por causas externas configura-se a tentativa, conforme dispõe o art. 14, II, do CP: “tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.”

A alternativa E está incorreta. Não é aplicável o arrependimento posterior ao caso, tendo em vista que os agentes cometeram o crime mediante grave ameaça, nos termos do art. 16 do CP: “Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.”

QUESTÃO 71. João praticou um crime em 4/4/2020. Em 21/7/2021, foi oferecida ação penal, tendo a condenação sido proferida em 15/2/2022. Antes do julgamento do recurso de apelação, interposto em 10/5/2022, entrou em vigor alteração legislativa estritamente processual, que alterava todo o regramento sobre a matéria na primeira instância, trazendo benefícios para o acusado, mas prejuízo em outros aspectos.

Na situação hipotética apresentada a nova lei processual

- a) Deve ser aplicada ao caso limitando-se aos dispositivos que trouxeram benefícios ao acusado.**
- b) Deve ser aplicada ao caso uma vez que ainda não ocorreu o trânsito em julgado.**
- c) Não deve ser aplicada ao caso uma vez que parte da lei poderá trazer prejuízo ao acusado.**
- d) Pode ou não ser aplicada ao caso a depender de manifestação expressa do acusado.**
- e) Não deve ser aplicada ao caso uma vez que se aplica desde logo sem prejuízo da validade dos atos realizados sob vigência da lei anterior.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. A lei em questão não é material nem mista, mas estritamente processual, de forma que não é necessário analisar aspectos benéficos ou maléficis da referida lei.

A alternativa B está incorreta. O caso já estava em grau de julgamento de recurso e a lei nova só alterou questões referentes à primeira instância, devendo ser respeitados os atos praticados em primeira instância.

A alternativa C está incorreta. Conforme dito acima, a lei em questão não é material nem mista, mas estritamente processual, de forma que não é necessário analisar aspectos benéficos ou maléficis da referida lei.

A alternativa D está incorreta. Não há qualquer previsão legal no sentido de ser necessária a manifestação do acusado para incidir uma ou outra lei.



A alternativa E está correta. De acordo com o art. 2º do CPP, “A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.”

QUESTÃO 72. Maria foi vítima de um crime de ação penal pública condicionada. Inicialmente, ela foi até a delegacia de polícia e ofereceu representação contra o autor do crime. Iniciada a investigação, Maria conciliou-se com o autor do fato, percebendo que tudo não passara de

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) Maria não precisa retratar-se, haja vista já ter ocorrido a retratação tácita.
- b) Não é possível a retratação de Maria, Uma vez que quem deve realizar tal ato é o autor da conduta.
- c) Uma vez feita a retratação em juízo por Maria, não há previsão legal de extinção automática da punibilidade do autor.
- d) Maria pode retratar-se até o recebimento da denúncia, caso não o tenha feito.
- e) Maria não pode alterar o curso do processo ou da investigação, por se tratar de crime de ação penal pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Não existe previsão de retratação tácita na legislação.

A alternativa B está incorreta. O réu ou acusado não se retrata da representação, mas sim a vítima.

A alternativa C está correta. Apesar da redação truncada, aparentemente é a alternativa correta, tendo em vista que a retratação só cabe até o oferecimento da denúncia. Se Maria se retratar antes do oferecimento da denúncia, a extinção da punibilidade não é automática, cabendo inclusive a retratação da retratação feita pela vítima, desde que faça isso dentro do prazo decadencial de seis meses contados da ciência da autoria do crime (art. 38, CPP).

A alternativa D está incorreta. O correto é até o oferecimento da denúncia, conforme art. 25 do CPP. Se fosse caso de violência doméstica, há disposição específica de que o momento seria até o recebimento da denúncia, o que não é o caso da questão.

A alternativa E está incorreta. Nos crimes de ação pública condicionada, a vítima possui papel relevante para determinar se haverá ou não a investigação penal ou ação penal, pois esta depende de sua representação.

QUESTÃO 73. O juiz criminal, ao julgar uma ação penal, entendeu que o réu deveria ser absolvido, motivando sua decisão na comprovação de que o fato criminoso sequer existiu. A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- a) Ação cível poderá ser ajuizada, pois não houve decisão específica sobre a inexistência material do ato praticado.
- b) Ação civil não poderá ser ajuizada, haja vista o réu já ter sido absolvido, o que revolveria um novo julgamento sobre a questão.
- c) Ação civil poderá sempre ser ajuizada, independentemente do resultado da esfera penal.
- d) A suposta vítima poderá ajuizar a ação cível, em razão da independência das instâncias, mas as provas do processo penal não poderão ser usadas.
- e) Ação cível não poderá ser ajuizada, devido ao trânsito em julgado da decisão na esfera penal.



Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. De acordo com o art. 67, III do CPP, “Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.”

A alternativa B está incorreta. Como visto acima, o art. 67, III do CPP prevê que não há impedimento para a propositura da ação cível a sentença absolutória a qual decide que o fato imputado não é crime.

A alternativa C está incorreta. A ideia central dos arts. 66 e art. 67, III, do CPP é no sentido de que quando o juiz criminal decide sobre a existência do crime ou autoria, haverá vinculação do juízo cível.

A alternativa D está incorreta. Não há óbices para que o Juízo cível fundamente a decisão em provas colhidas na seara penal, desde que observado o devido processo legal.

A alternativa E está incorreta. O trânsito em julgado na esfera penal não impede uma ação cível, apesar de poder repercutir e influenciar no desfecho desta.

QUESTÃO 74. No processo penal, a decisão judicial feita em incidente de falsidade de documento

- a) Fará coisa julgada em prejuízo apenas de ulterior processo penal, independentemente da decisão.**
- b) Não faz coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou cível.**
- c) Só fará coisa julgada e posterior processo penal ou cível se não for reconhecida a falsidade.**
- d) Sempre fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou cível.**
- e) Só fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou cível se reconhecida a falsidade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Conforme a literalidade do art. 48 do CPP, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal.

A alternativa B está correta. De acordo com o art. 48 do CPP, “Art. 48. Qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.”

A alternativa C está incorreta. Conforme a literalidade do art. 48 do CPP, não fará coisa julgada em prejuízo apenas de ulterior processo penal ou civil.

A alternativa D está incorreta. Conforme a literalidade do art. 48 do CPP, qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada em prejuízo de ulterior processo penal ou civil.

A alternativa E está incorreta. Conforme a literalidade do art. 48 do CPP, qualquer que seja a decisão, não fará coisa julgada.

QUESTÃO 75. A citação, no processo penal ordinário, de réu residente no território sujeito à jurisdição do juiz que já a houver ordenado será, em princípio, feita

- I - pelo correio.**
- II - por meio eletrônico.**
- III – por mandado, entregue pessoalmente.**
- IV – por edital**



Assinale a opção correta.

- a) Nenhum item está certo.**
- b) Apenas o item I está certo.**
- c) Apenas o item II está certo.**
- d) Apenas o item III está certo.**
- e) Apenas o item IV está certo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

O item I está incorreto. As modalidades de citação possíveis no processo penal são a citação pessoal, a citação por edital e a citação por hora certa. A citação por correio é inerente ao processo civil.

O item II está incorreto. As modalidades de citação possíveis no processo penal são a citação pessoal, a citação por edital e a citação por hora certa. A citação por meio eletrônico é inerente ao processo civil.

O item III está correto. O meio ordinário de citação no processo penal é a citação pessoal por mandado cumprido por oficial de justiça.

O item IV está incorreto. As modalidades de citação possíveis no processo penal são a citação pessoal, a citação por edital e a citação por hora certa, sendo que a citação edital ocorre apenas quando o sujeito não é encontrado, o que não é o caso da questão.

QUESTÃO 76. Francisco foi vítima de crime contra a honra, de ação penal privada, quatro meses antes de seu falecimento. O cônjuge, o filho e a avó, zelosos pela imagem da vítima, tinham a intenção de propor ação penal, todavia tinham diversos interesses conflitantes entre si.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta.

- a) Não há qualquer preferência na propositura da ação penal, visto que a atuação se dá em nome de terceiro.**
- b) O cônjuge de Francisco terá preferência na propositura da ação penal.**
- c) Não há como ser proposta a ação penal, haja vista a morte da vítima.**
- d) O filho de Francisco terá preferência na propositura da ação penal.**
- e) A avó de Francisco terá preferência na propositura da ação penal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Há a preferência prevista no art. 36 do CPP.

A alternativa B está correta. A questão trata de preferência no oferecimento da queixa-crime, estando a ordem prevista no art. 36 do CPP: “Art. 36. Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o cônjuge, e, em seguida, o parente mais próximo na ordem de enumeração constante do art. 31, podendo, entretanto, qualquer delas prosseguir na ação, caso o querelante desista da instância ou a abandone.”. O art. 31 prevê a ordem do CADI: Cônjuge, Ascendente, Descendente e Irmão.

A alternativa C está incorreta. De acordo com o art. 31 do CPP, “Art. 31. No caso de morte do ofendido ou quando declarado ausente por decisão judicial, o direito de oferecer queixa ou prosseguir na ação passará ao cônjuge, ascendente, descendente ou irmão.”



A alternativa D está incorreta. A preferência será do cônjuge de Francisco, conforme disposição do art. 36 do CPP.

A alternativa E está incorreta. A preferência será do cônjuge de Francisco, conforme disposição do art. 36 do CPP.

QUESTÃO 77. De acórdão de tribunal de justiça que, por maioria, tranca a ação penal, por entender que não há elementos mínimos para a propositura da referida ação, negando-se vigência da lei federal, cabe

a) Recurso em sentido estrito para o Superior Tribunal de Justiça.

b) Recurso ordinário para o Superior Tribunal de Justiça.

c) Embargo infringente para o tribunal de justiça.

d) Recurso ordinário para o Supremo Tribunal Federal

e) Recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão legal nesse sentido.

A alternativa B está incorreta. Não está correta, pois o art. 105, II, “a” da CF trata de decisão denegatória de habeas corpus e o caso da questão refere-se a uma decisão concessiva.

A alternativa C está incorreta. Não cabe, pois embargos infringentes trata-se de recurso exclusivo da defesa.

A alternativa D está incorreta. Não está correta, pois o art. 102, II, “a” da CF trata de decisão denegatória de *habeas corpus* em única instância pelos Tribunais Superiores.

A alternativa E está correta. Habeas corpus que trata ação penal por ausência de justa causa poderá ser trancado por meio de recurso especial para o Superior Tribunal de Justiça, nos termos do art. 105, III, “a” da CF.

QUESTÃO 78. A prisão temporária é cabível quando houver fundadas razões de autoria ou participação do indiciado em

a) Peculato

b) Lesão corporal de natureza grave.

c) Qualquer forma de homicídio doloso.

d) Estelionato.

e) Furto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. O crime de peculato não está previsto no rol taxativo da Lei nº 7.960/1989.

A alternativa B está incorreta. O crime de lesão corporal de natureza grave não está previsto no rol taxativo da Lei nº 7.960/1989.



A alternativa C está correta. A prisão temporária só é cabível nos casos taxativamente previstos na Lei nº 7.960/1989, conforme art. 1º, III, “a”, que assim dispõe: “Art. 1º Caberá prisão temporária: III - quando houver fundadas razões, de acordo com qualquer prova admitida na legislação penal, de autoria ou participação do indiciado nos seguintes crimes: a) homicídio doloso (art. 121, caput, e seu § 2º);”

A alternativa D está incorreta. O crime de estelionato não está previsto no rol taxativo da Lei nº 7.960/1989.

A alternativa E está incorreta. O crime de furto não está previsto no rol taxativo da Lei nº 7.960/1989.

QUESTÃO 79. De acordo com a Lei nº 9.296/1996, Que versa sobre a interceptação telefônica, a captação ambiental

- a) Pode ser autorizada judicialmente, desde que o crime seja punível com pena privativa de liberdade.**
- b) Só pode ser realizada quando se tratar de matéria de defesa.**
- c) Não tem previsão legal, visto que a referida lei só versa sobre interceptação telefônica e telemática.**
- d) Não pode exceder o prazo de quinze dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, caso seja comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade permanente, habitual ou continuada.**
- e) Só pode ser admitida em juízo se houver autorização judicial, sendo nula qualquer outra hipótese de captação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A captação ambiental é cabível quando houver elementos probatórios razoáveis de autoria e participação em infrações criminais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.

A alternativa B está incorreta. A captação ambiental é cabível quando a prova não puder ser feita por outros meios disponíveis e igualmente eficazes, independentemente se produzida a favor da acusação ou da defesa.

A alternativa C está incorreta. A captação ambiental está prevista no art. 8º-A da Lei nº 9.296/1996.

A alternativa D está correta. De acordo com a literalidade do art. 8º-A da Lei nº 9.296/1996, §3º: “A captação ambiental não poderá exceder o prazo de 15 (quinze) dias, renovável por decisão judicial por iguais períodos, se comprovada a indispensabilidade do meio de prova e quando presente atividade criminal permanente, habitual ou continuada”. (Incluído pela Lei nº 13.964, de 2019)

A alternativa E está incorreta. A captação ambiental poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público.

QUESTÃO 80. De acordo com a Lei nº 12.850/2013, a infiltração de agentes de polícia virtuais em tarefas de investigação na Internet será admitida

- a) Nos crimes praticados com violência ou grave ameaça.**
- b) Nos crimes hediondos.**
- c) Em todos os crimes punidos com pena de reclusão.**
- d) Em todos os crimes punidos com pena privativa de liberdade.**



e) Em todos os crimes previstos na referida lei e em crimes a eles conexos, praticados por organizações criminosas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com a literalidade do art. 10-A, caput, da Lei nº 12.850/2013, não há previsão de infiltração de agentes de polícia virtuais no caso de crimes praticados com violência ou grave ameaça.

A alternativa B está incorreta. De acordo com a literalidade do art. 10-A, caput, da Lei nº 12.850/2013, não há previsão de infiltração de agentes de polícia virtuais no caso de crimes hediondos.

A alternativa C está incorreta. De acordo com a literalidade do art. 10-A, caput, da Lei nº 12.850/2013, não há previsão de infiltração de agentes de polícia virtuais para todos os crimes punidos com pena de reclusão.

A alternativa D está incorreta. De acordo com a literalidade do art. 10-A, caput, da Lei nº 12.850/2013, não há previsão de infiltração de agentes de polícia virtuais para todos os crimes punidos com pena privativa de liberdade.

A alternativa E está correta. De acordo com a literalidade do art. 10-A, caput, da Lei nº 12.850/2013: “Art. 10-A. Será admitida a ação de agentes de polícia infiltrados virtuais, obedecidos os requisitos do caput do art. 10, na internet, com o fim de investigar os crimes previstos nesta Lei e a eles conexos, praticados por organizações criminosas, desde que demonstrada sua necessidade e indicados o alcance das tarefas dos policiais, os nomes ou apelidos das pessoas investigadas e, quando possível, os dados de conexão ou cadastrais que permitam a identificação dessas pessoas”.

QUESTÃO 81. De acordo com o Código Civil, em sociedade empresária, quando competir aos sócios, por lei, decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por:

a) maioria absoluta dos votos, computados os votos por sócio.

b) decisão exclusiva do administrador da sociedade.

c) maioria simples de votos, considerados os votos dos sócios presentes e participantes da votação.

d) maioria simples dos votos, considerados as quotas sociais dos sócios e participantes de votação.

e) maioria absoluta dos votos, computados os votos por quotas sociais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**, conforme dispõe o § 1º do art. 1.010 do CC, é da competência dos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria dos votos, contados segundo o valor das quotas de cada um.

Alternativa A, incorreta, pois quando competir aos sócios, por lei, decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por: maioria absoluta dos votos, computado os votos por sócio, pois a votação acerca da decisão sobre os negócios da sociedade é realizada por valor das quotas, e não por maioria absoluta dos votos, conforme estabelece o artigo 1.010, CC.

Alternativa B incorreta, pois quando competir aos sócios, por lei, decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por “decisão exclusiva do administrador da sociedade”, pois a votação acerca da decisão sobre os negócios da sociedade é realizada pelos sócios e não pelo administrador da sociedade, ex vi do art 1.010, CC.



Alternativa C incorreta, pois quando competir aos sócios, por lei, decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por “maioria simples de votos, considerados os votos dos sócios presentes e participantes da votação”. pois a decisão é contada na verdade, pela maioria de votos dos sócios, contados segundo o valor das quotas de cada um e não sócios presentes e participantes da votação.

Alternativa D incorreta, pois quando competir aos sócios, por lei, decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas pela maioria absoluta dos votos, computados os votos por quotas sociais, sendo que o art. 1.010 do CC/2002 estabelece a maioria dos votos, contados as quotas de cada um, ou seja maioria simples dos sócios.

QUESTÃO 82. Conforme o Código Civil, a produção de efeitos perante terceiros e contratos que tenham por objeto a alienação de estabelecimento comercial da sociedade empresária depende:

Assinale a opção correta.

- a) de averbação no registro público de empresas mercantis, publicação na imprensa oficial e consentimento expresso dos credores da sociedade, todos cumulativamente**
- b) apenas da publicação na imprensa oficial.**
- c) apenas do consentimento expresso dos credores da sociedade**
- d) de averbação no registro público de empresas mercantis e publicação na imprensa oficial, ambos cumulativamente**
- e) apenas da averbação no registro público de empresas mercantis.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, segundo art. 1.144, CC/2002: “O contrato que tenha por objeto a alienação, o usufruto ou arrendamento do estabelecimento, só produzirá efeitos quanto a terceiros depois de averbado à margem da inscrição do empresário, ou da sociedade empresária, no Registro Público de Empresas Mercantis, e de publicação na imprensa oficial”.

Alternativa A incorreta, conforme art. 1.144, CC/2002.

Alternativa B incorreta, conforme dicção do art. 1.144, CC/2002.

Alternativa C incorreta, conforme art. 1.140, CC/2002.

Alternativa E incorreta, conforme art. 1.140, CC/2002.

QUESTÃO 83. Assinale a opção que apresenta, respectivamente o prazo mínimo de duração de contratos empresariais de leasing operacional e o somatório de todos os pagamentos devidos nesse contrato.

- a) 90 dias; até 90% do valor do bem arrendado.**
- b) 6 meses; até 90% do valor do bem arrendado.**
- c) 6 meses; até 100% do valor do bem arrendado.**
- d) 12 meses; até 90% do valor do bem arrendado**
- e) 12 meses; até 100% do valor do bem arrendado.**

Comentários



A alternativa correta é a **letra A**, conforme Resolução 2309/96, do Banco Central que estabelece no art. 6º que “considera-se arrendamento mercantil operacional a modalidade em que: I - as contraprestações a serem pagas pela arrendatária contemplem o custo de arrendamento do bem e os serviços inerentes a sua colocação à disposição da arrendatária, não podendo o valor presente dos pagamentos ultrapassar 90% (noventa por cento) do "custo do bem;"

QUESTÃO 84. Em se tratando de despersonalização da personalidade jurídica, a teoria adotada pelo Código Civil brasileiro é a:

- a) teoria menor, na sua vertente objetiva.
- b) teoria maior, na sua vertente subjetiva.
- c) teoria menor, nas suas vertentes objetiva e subjetiva.
- d) teoria maior, nas suas vertentes objetiva e subjetiva.
- e) teoria menor, na sua vertente subjetiva

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, com base no art. 50 do Código Civil. A teoria maior, por sua vez, subdivide-se em subjetiva e objetiva. Pela primeira formulação, a desconsideração requer a *fraude*, enquanto que, pela segunda, basta que se demonstre a *confusão patrimonial*. Assim, na teoria maior o sócio responde quando preenchido dois pressupostos: os bens da pessoa jurídica sejam insuficientes para o pagamento da dívida, b), haja comprovação de fraude ou abuso de direito, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, CC/02 .

A teoria maior subjetiva caracterizada pela *fraude*, que se percebe no desvio de finalidade, com o propósito de lesar credores e para a prática de atos ilícitos de qualquer natureza, e na vertente objetiva, quando caracteriza-se a confusão patrimonial, pela ausência de separação de fato entre os patrimônios definidos quando há i) cumprimento repetitivo pela sociedade obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa, ii) transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto de valor proporcionalmente insignificante e iii) outros ativos de descumprimento da autonomia patrimonial.

... – “Somente é possível a desconsideração da personalidade jurídica quando verificado o desvio de finalidade (Teoria Maior Subjetiva da Desconsideração), caracterizado *pelo ato intencional dos sócios de fraudar* terceiros com o uso abusivo da personalidade jurídica, ou quando evidenciada a *confusão patrimonial* (Teoria Maior Objetiva da Desconsideração), demonstrada pela inexistência, no campo dos fatos, de separação entre o patrimônio da pessoa jurídica e os de seus sócios. Recurso especial provido para afastar a desconsideração da personalidade jurídica da recorrente. (REsp 970.635/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/11/2009, DJe 1/12/2009).

QUESTÃO 85. São impedidos de exercer atividade empresarial na qualidade de sócio e administrador da sociedade:

- a) os leiloeiros.
- b) os servidores públicos aposentados.
- c) os militares reformados.
- d) os menores de 16 anos de idade, emancipados.
- e) os processados por crime de peculato.



Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, com fulcro com o art. 36, alínea “d”, da Lei 21.891/32 que estabelece a proibição do leiloeiro de *exercer o comércio* direta ou indiretamente no seu nome ou nome alheio, vedando a constituição de sociedade de qualquer espécie ou denominação, sob pena de destituição.

Alternativa B, incorreta, conforme inciso X, do art. 117 Lei 8.112 que no entendimento transversal veda que o servidor público na ativa exerça atividade empresarial, possibilitando o exercício da atividade empresarial quando aposentados.

Alternativa C, incorreta, militares da reserva remunerada das Forças Armadas PODEM exercer atividades comerciais ou tomar parte na administração ou gerência de sociedade, - reformado em decorrência da idade ou por incapacidade física definitiva, *ex vi* do Estatuto dos Militares, Lei 6.808/80, art. 104, inciso II.

Alternativa D: incorreta, conforme o parágrafo único do art. 5º do CC/02 e art. 972 do CC/02.

Alternativa E: incorreta, pois não são os processados, e sim os condenados, quem serão impedidos de exercer a atividade empresarial, conforme o artigo 47 e 56 do CP, que correlaciona as penas de interdição temporária de direitos com a proibição do exercício de profissão, atividade, ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença, ou de autorização do poder público.

QUESTÃO 86. Nos títulos de crédito, a necessidade de existência material do título, ou seja, a de comprovar o crédito pelo documento originário, é instituída pelo princípio da

- a) cartularidade.
- b) abstração.
- c) caducidade.
- d) autonomia.
- e) liberalidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**, pois o princípio da cartularidade é a característica pela qual o crédito se incorpora ao documento, ou seja, se materializa no título.

Alternativa B está incorreta, uma vez que pelo princípio da abstração, torna-se desnecessária a verificação do negócio jurídico que originou o título

Alternativa C está incorreta, visto que a caducidade é a anulação ou perda de efeitos de algum ato jurídico em decorrência de evento surgido posteriormente.

Alternativa D está incorreta, pois a autonomia é a impossibilidade de se questionar a relação que deu origem à sua emissão.

Alternativa E está incorreta, pois a liberalidade significa que as obrigações assumidas no título são independentes umas das outras.

QUESTÃO 87. Determinada sociedade empresária do setor industrial, enquadrada no Simples Nacional, que possua faturamento anual de R\$ 450.000,00 estará sujeita a alíquota de

- a) 7,8 %.
- b) 10%.



c) 11,2%.

d) 14,7%.

e) 23,5%.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, segundo o Anexo 2, do Simples Nacional, que estabelece na 3ª faixa a alíquota de 10% para a sociedade empresária do setor industrial com faturamento anual entre R\$ 360.000 a R\$ 720.000,00.

QUESTÃO 88. De acordo com o Código Civil, na sociedade em comandita simples, a responsabilidade do sócio comanditado, pessoa física, é

a) ilimitada e subsidiária à sociedade.

b) solidária e ilimitada.

c) ilimitada e subsidiária ao comanditário administrador.

d) solidária e limitada ao valor de suas quotas.

e) limitada ao valor de suas cotas e subsidiária à sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**, nos termos do art. 1.045 do CC/2002, que estabelece que “na sociedade em comandita simples tomam parte sócios de duas categorias: os comanditados, pessoas físicas, responsáveis solidária e ilimitadamente pelas obrigações sociais; e os comanditários, obrigados somente pelo valor de sua quota.”

As demais alternativas seguem a exegese do art. 1.045, CC/2002.

QUESTÃO 89. Considerando as disposições da Lei 11.101/2005, julgue as afirmações seguintes:

I. O juízo do principal estabelecimento do devedor é competente para homologar plano de recuperação extrajudicial.

II. Não podem ser exigidas do devedor as obrigações a título gratuito.

III. A decretação da falência interrompe o curso da prescrição.

Assinale a opção correta:

a) Apenas o item II está certo.

b) Apenas o item III está certo.

c) Apenas os itens I e II estão certos.

d) Apenas os itens I e III estão certos.

e) Todos os itens estão certos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**,



Inciso I, alternativa correta. Art. 3º da Lei 11.101/05 estabelece que é competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local do principal estabelecimento do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.

Inciso II-, alternativa correta. Art. 5º da Lei 11.101/05 estabelece que não são exigíveis do devedor, na recuperação judicial ou na falência: I – as obrigações *a título gratuito*; II -as despesas que os credores fizerem para tomar parte na recuperação judicial ou na falência, salvo as custas judiciais decorrentes de litígio com o devedor.

Inciso III- alternativa incorreta. Art 6º da Lei 11.101/05 estatui que a decretação da falência ou o deferimento do procedimento do processamento da recuperação judicial implica, *na suspensão e não interrupção* do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta lei.

QUESTÃO 90. Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça STJ, em matéria de direito empresarial, julgue os seguintes itens:

I. Em caso de sucessão empresarial fraudulenta, a comprovação de sua ocorrência, no caso concreto, presume-se a partir da efetiva transmissão da funcionalidade do estabelecimento.

II. O imóvel pertencente à empresa de pequeno porte em que reside um dos sócios é protegido pela impenhorabilidade de bens de família.

III. Em atividade agrícola de cultivo e comercialização de grãos, consideram-se bens de capital essencial à atividade empresarial os grãos de soja e milho enquanto produto final da atividade.

Assinale a opção correta:

- a) Apenas o item I está certo.
- b) Apenas o item II está certo.
- c) Apenas os itens I e II estão certos.
- d) Apenas os itens II e III estão certos.
- e) Todos os itens estão certos

Comentários

A Alternativa correta é a **letra B**.

I – Alternativa incorreta, pois “a caracterização da sucessão empresarial fraudulenta não exige a comprovação formal da transferência de bens, direitos e obrigações à nova sociedade, admitindo-se sua presunção quando os elementos indiquem que houve o prosseguimento na exploração da mesma atividade econômica, no mesmo endereço e com o mesmo objeto social”. (REsp 1.837.435 SP)

II- Alternativa correta, pois a 3ª Turma do STJ, em julgamento de recurso especial, confirmou decisão de TJ estadual que entendeu que o imóvel dado em caução em contrato de locação comercial, que pertence a determinada sociedade empresária e é utilizado como moradia por um dos sócios, recebe a proteção da impenhorabilidade do bem de família. (REsp 1.935.563 –SP)

III- Alternativa incorreta, pois “produtos agrícolas, como soja e milho, não são bens de capital essenciais à atividade empresarial, não incidindo sobre eles a norma contida na parte final do parágrafo 3º do artigo 49 da Lei de Falência e Recuperação de Empresas (LFRE). Segundo o dispositivo, durante o prazo de suspensão de 180 dias previsto no artigo 6º, parágrafo 4º, da lei, não é permitida a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital considerados essenciais ao funcionamento da empresa.” (REsp 1.991.989 MA)



QUESTÃO 91. A guerra em curso na Ucrânia chama atenção por diversos aspectos, sobretudo pelo rastro de destruição e elevado drama humano que produz. Acerca desse conflito, assinale a opção correta.

a) A guerra foi iniciada como reação russa ao avanço das forças militares ocidentais sobre seu território a partir de bases situadas na Ucrânia.

b) Essa guerra tem causado sérios transtornos para a economia dos países nela envolvidos e do mundo em geral, sobretudo em razão da interrupção ou redução do fluxo normal de exportação importação de produtos essenciais, como petróleo, grãos e fertilizantes.

c) O conflito enfatizou o papel da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), uma aliança militar que foi criada na Guerra Fria pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS).

d) A Ucrânia invadiu a Rússia no ano de 2022, buscando legitimar tal atitude no fato de ter sido a pátria da qual se originou o país hoje governado por Vladimir Putin.

e) Essa guerra tem gerado milhões de refugiados ucranianos, que, diferentemente dos migrantes africanos no passado recente, encontram dificuldades intransponíveis para se fixar em países europeus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Foi a Rússia quem invadiu a Ucrânia. Ademais, não foi invadida por forças militares ocidentais.

A alternativa B está correta. Houve a redução/perturbação do fluxo normal de exportações e importações em decorrência da guerra.

A alternativa C está incorreta. A OTAN não foi criada pela URSS, mas sim de países ocidentais, liderada pelos Estados Unidos em reação ao expansionismo da União Soviética em direção ao leste europeu.

A alternativa D está incorreta. A Rússia quem invadiu a Ucrânia em 2022, e não o contrário.

A alternativa E está incorreta. Africanos, latinos e asiáticos encontram dificuldades para entrar na Europa, diferentemente dos ucranianos, que já estão inseridos na Europa, estando a União Europeia solidária à Ucrânia.

QUESTÃO 92. A geopolítica mundial surgida no pós-segunda Guerra Mundial em muito se alterou e, superado, em termos imperativos, o quadro da Guerra Fria, quando o temor de um conflito nuclear manteve as principais potências exercendo um necessário equilíbrio, o mundo de hoje se vê às voltas com uma nova reconfiguração das relações internacionais. No que diz respeito à atuação da Organização das Nações Unidas (ONU) nesse contexto, julgue os seguintes itens.

I. Criada no imediato pós-segunda Guerra Mundial, a ONU tem sido bastante criticada nos últimos anos, sendo acusada até mesmo de omissão em situações críticas para a paz.

II. Desde o completo fracasso da primeira grande conferência mundial voltada para a questão ambiental promovida pela ONU no início da década de 70 do século passado, essa organização deixou de atuar na área do meio ambiente.

III. As ações militares que culminaram em guerras como a no Oriente Médio e, mais recentemente, a no Leste Europeu foram aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU.

Assinale a opção correta.

a) Nenhum item está certo.



- b) Apenas o item I está certo.**
- c) Apenas o item II está certo.**
- d) Apenas os itens I e III estão certos.**
- e) Apenas os itens II e III estão certos.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O item I está correto. De fato, atualmente a ONU tem recebido críticas por ser omissa em determinadas situações.

O item II está incorreto. Não há que se falar em fracasso da Conferência de Estocolmo, referência na questão ambiental. Ademais, não deixou de atuar em questões ambientais. Prova disso é a COP 27, que ocorreu recentemente (novembro/2022), no Egito.

O item III está incorreto. Ações militares não são aprovadas pelo Conselho de Segurança da ONU, o qual atua para evitar conflitos armados.

QUESTÃO 93. No que concerne à região do Oriente Médio e ao seu papel no mundo contemporâneo, assinale a opção correta.

- a) A Arábia Saudita recentemente deu exemplo de mudança de costumes e práticas ao equiparar, em direitos, mulheres e homens, pondo fim à discriminação contra as mulheres.**
- b) O Oriente Médio continua a ser estratégico para a economia mundial justamente pelo volume de petróleo que alguns de seus países produzem e comercializam.**
- c) O Irã é o país árabe com o maior número de seguidores do islamismo em todo o mundo e, em termos econômicos, sofre por não produzir petróleo e ter que se submeter a sanções internacionais.**
- d) Israel é um país que difere profundamente de seus vizinhos árabes, por ser teocrático e avesso aos padrões da democracia ocidental.**
- e) A recém-criação oficial do Estado da Palestina, plenamente aceito por Israel, resolveu um grave problema que persistiu por décadas no Oriente Médio e que resultou em milhares de mortes.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há que se falar em equiparação de direitos entre homens e mulheres na Arábia Saudita, país islâmico de regime conservador, embora as mulheres tenham conquistado certos direitos, como o de dirigir.

A alternativa B está correta. A Arábia Saudita é, atualmente, o maior produtor e exportador mundial de petróleo, sendo que 1/3 do petróleo exportado no mundo tem origem no Oriente Médio.

A alternativa C está incorreta. O Irã não é país árabe, além de ser um grande produtor e exportador de petróleo, com uma das maiores reservas do mundo.

A alternativa D está incorreta. Israel não é país teocrático, possuindo regime laico. Além disso, no Oriente Médio, há apenas dois países com regime democráticos: Israel e Turquia.

A alternativa E está incorreta. O Estado da Palestina não é criado oficialmente. Além disso, na prática, Israel não aceita sua criação.



QUESTÃO 94. Na economia contemporânea, tende a ganhar mais espaço um novo tipo de visão e de conceito que se afasta dos padrões desenvolvidos a partir da revolução industrial, ao final do século XVIII. Desse modo, adquirem crescente importância conceitos como o de sustentabilidade econômica, que pode ser corretamente entendido como

- a) O retorno a uma economia pré-industrial, para eliminar toda forma de poluição ambiental.
- b) O incentivo ao uso de todo tipo de fonte de energia, por ser indispensável ao pleno desenvolvimento.
- c) A defesa da utilização de fontes de energia fósseis, como o petróleo, por seu baixo risco ambiental.
- d) A promoção do progresso a qualquer custo, como forma de eliminar a pobreza e as desigualdades sociais.
- e) A produção necessária para assegurar a vida no presente e no futuro, respeitando-se os limites da natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Não há que se falar em retorno à economia pré-industrial.

A alternativa B está incorreta. Cada vez mais se discute a redução e eliminação dos combustíveis fósseis na matriz energética mundial, pelo seu potencial poluente e intensificação do efeito estufa.

A alternativa C está incorreta. Defende-se redução e eliminação do uso de fontes de energias fósseis. Ademais, o petróleo possui alto risco ambiental.

A alternativa D está incorreta. Não há que se falar em progresso a qualquer custo, pois é ideia ultrapassada, tema este debatido na Conferência de Estocolmo, em 1972.

A alternativa E está correta. Traz o conceito de sustentabilidade econômica, sendo uma adaptação do conceito de desenvolvimento sustentável.

QUESTÃO 95. Com relação ao atual estágio econômico do Brasil, assinale a opção correta.

- a) O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de grãos e de proteína animal.
- b) Atualmente, os maiores parceiros comerciais do Brasil são os países da África Subsaariana e da América do Norte.
- c) Por não ser autossuficiente na produção de petróleo, o Brasil se encontra impedido de exportar esse óleo natural.
- d) O fim do desmatamento na Amazônia e no Cerrado amplia as possibilidades de exportação brasileira.
- e) Mesmo sem contar com o aporte científico e tecnológico, estatal ou privado, o agronegócio brasileiro se expande exponencialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O Brasil é um dos maiores exportadores mundiais de *commodities*, como soja, proteína animal, minério de ferro.

A alternativa B está incorreta. Atualmente, os maiores parceiros comerciais do Brasil são a China e os Estados Unidos.



A alternativa C está incorreta. O Brasil é autossuficiente na produção de petróleo, inclusive exportando o mineral.

A alternativa D está incorreta. Atualmente, têm ocorrido recordes de desmatamento no Cerrado e na Amazônia.

A alternativa E está incorreta. O agronegócio tem contado com aporte científico e tecnológico, tanto privado quanto estatal, a exemplo da EMBRAPA.

QUESTÃO 96. Comumente definida como o atual estágio da economia mundial, a globalização

- a) Dificulta a introdução de métodos mais modernos no sistema produtivo dos países, por temor há um aumento incontável das taxas de desemprego.**
- b) Representa a ampliação desmedida do Estado na atividade econômica, reduzindo e, em alguns casos, até impedindo a atuação da iniciativa privada.**
- c) Enrijece sobremaneira a noção clássica e tradicional de fronteiras nacionais, para impedir a concorrência externa aos produtos nacionais.**
- d) Implica a abertura dos mercados para escoar uma produção que tende a se ampliar continuamente, apesar da persistência de certo protecionismo.**
- e) Não admite a mediação de organismos multilaterais nas atividades mercantis globais.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Há acelerado desenvolvimento científico e tecnológico na fase atual da globalização, sendo que esses métodos mais modernos tem se difundido pelo mundo.

A alternativa B está incorreta. Não há ampliação desmedida do Estado nem impedimento de atuação da iniciativa privada. A globalização implica a redução do Estado, bem como reduz sua intervenção direta na economia e na regulação econômica.

A alternativa C está incorreta. A globalização atual significou flexibilização dos controles para a entrada de produtos importados nos países, ao contrário de enrijecer fronteiras.

A alternativa D está correta. De fato há certo protecionismo, que persiste, mas continuam havendo acordos comerciais para abertura dos mercados, bem como aumento da produção.

A alternativa E está incorreta. Admite-se a mediação de organismos multilaterais, a exemplo da OMC.

QUESTÃO 97. Quanto à realidade da atual era de conhecimento, ou era da informação, assinale a opção correta.

- a) Na atualidade, há consenso de que, conceitual e tecnicamente, conhecimento e informação são rigorosamente sinônimos.**
- b) Apesar dos seus inegáveis benefícios, os modernos meios de comunicação também são úteis ao crime organizado, que deles faz uso em sua atuação global.**
- c) A revolução tecnológica em curso é inédita e não tem nenhum vínculo com os séculos anteriores.**
- d) O avanço da ciência, com sua aplicação em tecnologia, foi fundamental para a eliminação da desigualdade entre os povos.**



e) Ainda é reduzido o impacto da tecnologia de informação, em suas variadas manifestações, no sistema produtivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Não há que se falar em consenso acerca dos conceitos de conhecimento e informação, os quais possuem significados diferentes

A alternativa B está correta. O crime organizado se utiliza dos avanços científicos e tecnológicos para suas atividades criminosas.

A alternativa C está incorreta. Não há ineditismo na revolução tecnológica atual. Seus primórdios remetem à Revolução Industrial. Inclusive, atualmente estamos na quarta Revolução Industrial.

A alternativa D está incorreta. Não houve eliminação das desigualdades entre os povos. O avanço da ciência e desenvolvimento científico são fundamentais para o processo de redução das desigualdades, mas esta é inerente ao regime capitalista.

A alternativa E está incorreta. O impacto da tecnologia de informação é positivo e cada vez mais tem se expandido, impactando os sistemas produtivos.

QUESTÃO 98. Com relação à estrutura política e eleitoral em vigor no Brasil, assinale a opção correta.

a) No Brasil, os analfabetos e as pessoas com mais de setenta anos de idade não têm direito de votar nas eleições.

b) O pluripartidarismo foi formalmente suprimido do cenário político brasileiro, restando apenas dois grandes partidos políticos em ação no Brasil.

c) Os senadores têm mandato de oito anos, enquanto os deputados federais têm mandatos de quatro anos.

d) As eleições de governador de estado sempre acontecem em anos alternados com a eleição do presidente da República.

e) Prefeitos e vereadores são eleitos por voto indireto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de situação de voto facultativo.

A alternativa B está incorreta. No Brasil, existem diversos partidos políticos, principal característica do pluripartidarismo.

A alternativa C está correta. De acordo com o artigo 44, da Constituição Federal, o Poder Legislativo é exercido pelo Congresso Nacional, que se compõe da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, sendo que cada legislatura terá a duração de quatro anos. Já o art. 46, §1º da Carta Magna dispõe que cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.

A alternativa D está incorreta. As eleições de governadores de estado acontecem no mesmo ano da eleição do presidente da República. De acordo com o art. 1º da Lei nº 9.504/1997, “Art. 1º As eleições para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Prefeito e Vice-Prefeito, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual, Deputado Distrital e Vereador dar-se-ão, em todo o País, no primeiro domingo de outubro do ano respectivo. Parágrafo único. Serão realizadas



simultaneamente as eleições: I - para Presidente e Vice-Presidente da República, Governador e Vice-Governador de Estado e do Distrito Federal, Senador, Deputado Federal, Deputado Estadual e Deputado Distrital; II - para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador.”

A alternativa E está incorreta. As eleições de prefeitos e vereadores se dão por meio do voto direto.

QUESTÃO 99. Com relação ao papel da educação no desenvolvimento econômico e na consolidação da cidadania no Brasil, assinale a opção correta.

- a) Educação básica de qualidade e inclusiva é fundamental para o aumento da produtividade econômica.
- b) Com recentes investimentos financeiros do Estado, foi superado todo o problema da qualidade da educação básica brasileira.
- c) O exercício da cidadania, cujo fortalecimento é um objetivo da educação, circunscreve-se às eleições.
- d) É pleno o atual domínio das instituições públicas no número de matrículas na educação superior, restando à iniciativa privada uma participação secundária.
- e) Historicamente, o financiamento da educação básica é maior que o da educação superior, se considerado o número de matriculados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Educação básica de qualidade e inclusiva aumenta o nível educacional da sociedade, levando ao aumento da produtividade econômica.

A alternativa B está incorreta. Não há que se falar no saneamento dos problemas da qualidade na educação brasileira como um todo.

A alternativa C está incorreta. São múltiplas as formas de exercício da cidadania.

A alternativa D está incorreta. A maioria das matrículas no ensino superior é feita em instituições privadas.

A alternativa E está incorreta. Por aluno, a educação superior é mais dispendiosa que a educação básica.

QUESTÃO 100. Tendo em vista que, atualmente, o Brasil é uma República federativa e segue o modelo presidencialista de governo, assinale a opção correta.

- a) No presidencialismo existente no Brasil, a nomeação de ministros de Estado depende da aprovação formal do Poder Legislativo.
- b) O Poder Legislativo brasileiro segue o modelo estadunidense, razão pela qual é unicameral, ou seja, há apenas uma assembleia geral.
- c) A eleição presidencial brasileira é feita por voto direto e universal, mas a aprovação do resultado das urnas necessita do aval de um colégio eleitoral, à maneira da realidade estadunidense.
- d) O Poder Executivo brasileiro, no âmbito da União, é exercido pelo presidente da República, auxiliado pelos ministros de Estado; nos estados, pelos governadores; nos municípios, pelos prefeitos.
- e) O Poder Judiciário brasileiro, cuja posição mais elevada é ocupada pelo Superior Tribunal de Justiça, é responsável pela elaboração das leis relativas ao direito penal.

Comentários



A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Os cargos que compõem a estrutura do Poder Executivo são de livre nomeação e exoneração pelo Chefe desse Poder.

A alternativa B está incorreta. Tanto no Brasil quanto nos Estados Unidos, o Poder Legislativo é bicameral.

A alternativa C está incorreta. O resultado das urnas no Brasil não precisa de aval de um colégio eleitoral para ser aprovado. Ademais, nos Estados Unidos, o Senado se reúne para certificar o resultado eleitoral nos estados. No Brasil, não há nada semelhante.

A alternativa D está correta. Essa é a previsão referente ao Poder Executivo na Constituição Federal.

A alternativa E está incorreta. Além de o Poder Judiciário não elaborar leis, a posição mais elevada é ocupada pelo Supremo Tribunal Federal.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)

